



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

**ESFORÇOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM
BIBLIOTECONOMIA DO BRASIL: ANÁLISE CURRICULAR**

Yasmym Meneses
Orientador: Prof. Dr. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília
2018

Yasmym Meneses

**ESFORÇOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM
BIBLIOTECONOMIA DO BRASIL: ANÁLISE CURRICULAR**

Monografia apresentada como parte das
exigências para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia pela
Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2018

S586e

SILVA, Yasmym Aparecida Meneses.

Esforços em educação ambiental nos cursos de graduação em biblioteconomia do Brasil: análise curricular/ Yasmym Aparecida Meneses Silva. – Brasília, 2018.

80 f.

Orientação: Prof. Dr. Rita de Cássia do Vale Caribé
Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) –
Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da
Informação, Curso de Biblioteconomia, 2018.

Inclui bibliografia

1. Educação ambiental. 2. Biblioteconomia. 3. Currículo.
4. Formação. I. Título.

CDU 023.1



Título: Esforços em educação ambiental nos cursos de graduação em Biblioteconomia do Brasil: análise curricular.

Aluna: Yasmym Aparecida Meneses Silva.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 21 de agosto de 2018.

Rita de Cássia do Vale Caribé

Rita de Cássia do Vale Caribé - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Greyciene Souza Lins

Greyciene Souza Lins – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Sônia Araújo de Assis Boeres

Sônia Araújo de Assis Boeres – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, Heitor, cuja existência me motivou a concluir esta etapa da vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado saúde e por ter amparado minhas angústias quando pensei em desistir. Que confortou meu coração em meio a choros e orações e ter me proporcionado ser mãe, que foi um ponto chave para a conclusão deste curso.

Aos meus pais, que me incentivaram e me deram coragem para enfrentar as barreiras para chegar até aqui. Grata pelo apoio e amor incondicional que foram determinantes para a construção deste trabalho.

Ao meu filho, que mesmo com pouca idade, me incentivou com a leveza e alegria da sua presença e me arrancou sorrisos quando eu mais precisei deles.

A minhas irmãs, Geovanna e Kamilla, que fizeram parte desta caminhada acreditando no meu potencial e espelhando-se em mim como irmã mais velha.

Aos meus amigos, aqueles que a biblioteconomia me deu de presente que pretendo carregar para toda a vida, Douglas, Tainá, Elton e Thaís.

Às minhas amigas de fora da vida acadêmica, Bruna, Janaína, Lilian, Fernanda e Aline, que me proporcionaram momentos de diversão em meio à construção deste trabalho.

À minha orientadora, Rita Caribé, que me auxiliou de forma espetacular de segunda a segunda, pela sua disposição em qualquer horário. Agradeço por ter permanecido na FCI e ter se tornado um grande exemplo de profissional que levarei para o resto de minha vida. Obrigada pelo carinho e dedicação.

Agradeço também a todos os profissionais envolvidos nesta jornada acadêmica, professores, funcionários da UnB, bibliotecárias, as profissionais da Biblioteca do Senado Federal da qual fiz parte, em especial, Fátima Jaegger que me deu a oportunidade de tê-la como exemplo de profissional dedicada, organizada e competente. Alguém que com certeza tenho um carinho especial devido à pessoa gentil e honesta que é.

À todos que participaram seja de forma direta ou indireta nesta caminhada, o meu sincero agradecimento.

“Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma, todo o universo conspira a seu favor”.

Johann Goethe

RESUMO

Apresenta os esforços de inclusão da educação ambiental nos currículos de biblioteconomia no Brasil, contempla o contexto histórico da educação ambiental, os principais marcos legais, traça o caminho da educação ambiental no ensino superior brasileiro e apresenta o histórico da formação do bibliotecário, do currículo e o perfil deste profissional ao longo dos anos. A formação do bibliotecário pressupõe o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a prestação do serviço para a sociedade analisando as demandas sociais de informação e considerando o importante papel social do bibliotecário no que tange ao impacto do seus serviços prestados à comunidade no âmbito das unidades de informação. A educação ambiental posiciona o bibliotecário diante da problemática que o meio ambiente enfrenta na sociedade, preparando-o para que possa atuar de forma a auxiliar os indivíduos a analisarem a realidade socioambiental e, conseqüentemente, na contribuição da formação da consciência ecológica dos cidadãos indicando posicionamento e mudanças de comportamento. Utiliza como método a pesquisa bibliográfica e uma breve pesquisa documental na legislação e documentos normativos nacionais e internacionais sobre os temas como Conferência de Estocolmo, Rio 92, Agenda 21, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e as Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental e as DCN de Biblioteconomia. A pesquisa teve por objetivo identificar as iniciativas curriculares de educação ambiental nos currículos de biblioteconomia no Brasil e para delimitação utilizou-se o critério de seleção das universidades federais e estaduais do país. Analisando os currículos de biblioteconomia das universidades públicas do país que incluem a disciplina educação ambiental, observou-se que estas acrescentaram disciplinas de caráter optativo e apenas duas desenvolvem projetos de extensão com temática ambiental. A UFPR, UFG e a FURG mostram-se mais avançadas acerca da inclusão da educação ambiental, pois em seus projetos acadêmicos apresentaram-se dispostas a cumprir as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação ambiental além de ofertarem até quatro opções de disciplinas livres ou optativas proporcionando ao aluno uma visão politizada das questões inerentes ao debate ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Biblioteconomia; Educação Ambiental; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental.

ABSTRACT

Presents the efforts to include environmental education in librarianship curricula in Brazil, examines the historical context of environmental education, the main legal frameworks, traces the path of environmental education in Brazilian higher education and presents the history of the formation of the librarian, the profile of this professional over the years. The formation of the librarian presupposes the development of skills and abilities aimed at providing the service to society by analyzing the social demands of information and considering the important social role of the librarian in what concerns the impact of his services to the community within the units of information. Environmental education positions the librarian in the face of the problems that the environment faces in society, preparing it so that it can act in a way that helps individuals to analyze the socio-environmental reality and, consequently, in the contribution of the formation of the citizens' ecological awareness indicating positioning and behavioral changes. It uses as a method bibliographical research and a brief documentary research in national and international legislation and normative documents on the themes such as Stockholm Conference, Rio 92, Agenda 21, National Environmental Policy Law and the National Curricular Guidelines on Environmental Education and DCN of Librarianship. The aim of the research was to identify the curricular initiatives of environmental education in librarianship curricula in Brazil, and for the delimitation was used the criterion of selection of the federal and state universities of the country. Analyzing the librarianship curricula of public universities in the country that included the environmental education discipline, it was observed that all universities added optional subjects and only two developed extension projects with environmental themes. UFPR, UFG and FURG are more advanced about the inclusion of environmental education, since in their academic projects they have been willing to comply with the National Curricular Guidelines for Environmental Education and offer up to four options of free or optional subjects, a politicized view of the issues inherent in the environmental debate.

KEYWORDS: Curriculum; Librarianship; Environmental education; National Curricular Guidelines for Environmental Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - Percentual das universidades que contemplam de alguma maneira a temática ambiental em seus currículos.....	42
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades consideradas para estudo.....	40
Quadro2 – Universidades com componentes curriculares em meio ambiente.....	41
Quadro 3 – Disciplinas UFAL	44
Quadro 4 – Disciplinas UFC	46
Quadro 5 – Disciplina UFCA	47
Quadro 6 – Disciplina UFPE	48
Quadro 7 – Disciplina UFRN	50
Quadro 8 – Disciplina UFG	51
Quadro 9 – Disciplinas FURG	53
Quadro 10 – Disciplinas UFPR	56
Quadro 11 – Disciplinas UFRGS	57
Quadro 12 – Conteúdo Curricular de Ênfases da UFSCar	58
Quadro 13 – Disciplina UFSCar	59
Quadro 14 – Disciplina UNIRIO.....	60
Quadro 15 – Disciplina USP/ECA.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEBD	Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CFE	Conselho Federal de Educação
CGEA	Conselho Gestor de Educação Ambiental
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EA	Educação ambiental
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
IAP	International Advocacy Program
IES	Instituições de Ensino Superior
IFLA	Internacional Federation of Library Associations and Institutions
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFAL	Universidade Federal do Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal do Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UFSC	Universidade de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília

UNESP Universidade Estadual Paulista

UNIR Universidade Federal da Rondônia

UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP-ECA Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

USP-FFCLRP Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	16
2.2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	18
2.2.1	Objetivo geral	18
2.2.2	Objetivos específicos	18
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	20
3.1	Histórico da educação ambiental	20
3.2	A educação ambiental no Ensino superior brasileiro.....	25
3.3	A formação do bibliotecário	29
3.4	O currículo de biblioteconomia no Brasil	30
3.5	Perfil e competência do bibliotecário	34
3.6	A relação da biblioteconomia e a educação ambiental	37
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
5.1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ALAGOAS (UFAL)	44
5.2	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÀ (UFC).....	46
5.3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	47
5.4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO (UFPE)	49
5.5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	50
5.6	UNIVESIDADE FEDERAL DO GOIÁS (UFG)	51
5.7	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE RIO GRANDE DO SUL (FURG)	54
5.8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	56
5.9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS).....	58
5.10	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)	59
5.11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)...	62
5.12	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES (USP-ECA).....	63
6	RESULTADOS	66
7	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	69
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE A	79

1 INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva identificar se a temática educação ambiental está sendo abordada nos currículos dos cursos de biblioteconomia das universidades públicas federais no Brasil. Todo indivíduo, como cidadão, tem poder de contribuir para a preservação do meio ambiente desde que tenha conhecimento de como pode proporcionar tal feito. Os profissionais da informação cujo objetivo é fornecer informação de acordo com as demandas sociais, precisa ter o conhecimento da realidade que o envolve para poder atuar, de forma crítica e reflexiva, cooperando para o bem estar comum, pois quanto maior sua percepção do mundo mais pode avaliar as consequências de suas ações e assim modificar a sua postura perante a preservação do meio ambiente.

Em relação à metodologia para subsidiar o referencial teórico, foi feito um levantamento bibliográfico nos principais periódicos da área de Biblioteconomia dentro do portal Capes. Buscou-se, também, por trabalhos acadêmicos nos repositórios institucionais da UnB. Os termos usados na busca foram: biblioteconomia e currículo, biblioteconomia e educação ambiental. Constatou-se que o assunto não tinha ainda sido trabalhado.

O método de análise deste estudo combina a metodologia qualitativa e quantitativa para coleta e análise dos dados. Qualitativa porque envolve a obtenção de dados descritivos sobre os currículos de biblioteconomia, dessa forma, objetiva “verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias” (GODOY, 1995, p. 6). Quantitativa porque demonstrou em percentual a quantidade de universidades que ainda não incluíram a educação ambiental no currículo, ou seja, “medição objetiva e a quantificação dos resultados”. (GODOY, 1995, p. 1).

Dessa forma, busca-se refletir sobre a inclusão da educação ambiental nos currículos de biblioteconomia das universidades federais e estaduais do país, demonstrando que a Biblioteconomia é uma área de conhecimento que deve interligar-se à Educação Ambiental, por conseguinte, convencer que o profissional/bibliotecário por meio da educação ambiental pode colaborar para gerar pensamento crítico, alcançar comportamentos ecologicamente corretos, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, onde particularmente atua.

A primeira parte da revisão de literatura foca em destrinchar o histórico da educação ambiental internacional e como as conferências tiveram impacto global da elaboração de políticas em educação ambiental em todo o mundo. Ainda nessa ideia, foram exploradas

algumas colaborações teóricas que afirmavam a importância das conferências internacionais para de fato institucionalizar a educação ambiental dentro da política de preservação ambiental. O segundo capítulo trata da educação ambiental no ensino superior no Brasil, as leis que marcaram a inclusão da EA como componente curricular e como a visão da EA na universidade foi se tornando cada mais importante. Os três capítulos subsequentes são específicos para formação, perfil e competências dos bibliotecários atreladas a sua função social como mediador e educador em unidades de informação demonstrando a importância de sua formação contemplar um viés ambiental. O último capítulo analisa como a biblioteconomia já vem se atentando a incluir a educação ambiental como campo de atuação, além de constatar que a colaboração do bibliotecário para a educação ambiental vai além de mediador da informação, alcançando a posição de transformador social.

Por fim, o levantamento de dados das universidades que incluem a temática ambiental como componente curricular e sua posterior análise com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental.

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O bibliotecário, cuja responsabilidade social é notória frente à sociedade da informação, deve ter a sua formação alinhada com o seu papel de mediador e disseminador da informação. Além disso, precisa desenvolver competências que possibilitem cumprir seu papel social como conscientizador no âmbito da biblioteca, como um dos atores que contribuem para o desenvolvimento do hábito de leitura e da competência informacional dos indivíduos. O bibliotecário, no domínio pleno de suas competências contribui, diretamente, na emancipação social e crítica de cidadãos e é determinante para a sociedade ter acesso à educação, à informação e à cultura.

Entretanto, a sociedade está em constante transformação, fruto do desenvolvimento científico e tecnológico, que provoca mudanças no campo econômico, político, social e cultural. Assim, torna-se necessário adaptar os perfis dos profissionais que atuam nessa sociedade. Consequentemente, os currículos dos cursos de graduação, que muitas vezes não acompanham a dinamicidade da sociedade também precisam ser sempre aprimorados, adequando-os às necessidades desta sociedade.

Adaptar o perfil do bibliotecário às transformações ocorridas em variados âmbitos da sociedade é de suma importância para a sua formação e êxito profissional. Surgem novas demandas, novos suportes informacionais, novos conceitos e paradigmas são incorporados, por isso manter-se atualizado é imprescindível para a execução do seu trabalho.

Loureiro (2008) afirma que desde a década de 1970, as preocupações relacionadas à sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável vêm ganhando força. Programas internacionais e diversas nações elaboraram planos, estratégias e programas de forma a incorporar a variável ambiental ao setor político, econômico e social, numa tentativa de aperfeiçoar os processos produtivos, utilização de fontes energéticas de baixo impacto ambiental, dentre outras tantas iniciativas. Por outro lado, a conscientização ambiental precisa chegar ao cidadão comum, de forma que compreenda a relação harmônica que deve existir entre homem e natureza. Nesse cenário, a informação torna-se relevante, pois contribui para a educação ambiental da sociedade, seja ela composta por leigos ou especialistas no assunto.

Em 2012 foram elaboradas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*, aprovadas por meio da Resolução CNE/CES nº 02/2012, que versa em seu 8º artigo sobre a obrigatoriedade da inclusão curricular da Educação Ambiental na educação superior, seja em pesquisa, ensino ou extensão. Porém, a adaptação dos currículos é morosa, complexa e também uma necessidade constante que deve refletir as mudanças ocorridas baseadas no contexto mundial e nacional no qual as discussões acerca de desenvolvimento sustentável estão em alta.

Cardoso (2010) identifica que a educação ambiental pode ser uma área de contribuição do bibliotecário, atuando não só como mediador, mas também como educador. Sugere a inclusão de disciplinas relacionadas ao meio ambiente para que o profissional de informação tenha uma base para colaborar junto à sociedade na conscientização ambiental.

O currículo de biblioteconomia passou por algumas mudanças relacionadas a ênfase do conteúdo curricular: antes mais tecnicista e depois mais humanista. Isso reflete a predominante característica social da profissão que demanda por disciplinas voltadas para os aspectos sociais e educacionais visto que o bibliotecário no gozo de suas funções promove as ações socioeducativas.

A formação de profissionais socioambientais é ressaltado por Guimarães e Tomazello (2003) pois a universidade tem que assumir a responsabilidade de formar pessoas capazes de identificar os problemas ambientais e buscar soluções pertinentes e, para isso é necessário que a educação ambiental esteja incluída como componente curricular nos cursos de graduação. Especificamente em biblioteconomia, Cardoso (2010) considera essencial a oferta de

disciplinas relacionadas ao meio ambiente, pois todo cidadão deve ter conhecimento ambiental para melhorar sua qualidade de vida e colaborar com o desenvolvimento sustentável de seu país.

Considerando o vasto campo de atuação do bibliotecário e o elevado número de instituições de ensino no país, as bibliotecas do eixo educacional são o maior nicho para o profissional da informação. Se constituem em ambiente propício para o bibliotecário desenvolver competências para atuar como ator social e assim, realizar programas e projetos educativos sobre o meio ambiente. Desta forma, como disseminador, o profissional da informação, pode correlacionar questões ambientais com questões sociais que contemplam as relações homem e natureza.

Para que o bibliotecário reconheça e desempenhe seu papel social, a sua formação deve proporcionar o desenvolvimento de suas competências para tal. Os projetos pedagógicos de curso segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Biblioteconomia acentuam a “adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens” (BRASIL, 2001, p. 33).

Partindo das elucidações acima, este estudo busca responder as seguintes questões. Há esforços dos bibliotecários e da academia para a inclusão da educação ambiental nos seus currículos? Se há, como as escolas de biblioteconomia estão desenvolvendo estes conteúdos?

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2.1 Objetivo geral

Detectar a inclusão da educação ambiental na formação do bibliotecário nos cursos de Biblioteconomia em todo o país

2.2.2 Objetivos específicos

- Mapear iniciativas curriculares de inserção da educação ambiental nos cursos de Biblioteconomia no Brasil.
- Identificar, dentre as universidades mapeadas, aquelas que incorporam a educação ambiental na pesquisa, ensino ou extensão.
- Analisar os projetos pedagógicos de acordo com as exigências da resolução nº2 de 15 de junho de 2012, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental .

3 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, serão tratados alguns temas pertinentes à pesquisa e que serviram de embasamento para a análise dos resultados. Dentre os quais: o histórico da educação ambiental, a educação ambiental no ensino superior, o currículo de Biblioteconomia, a formação do bibliotecário, a relação da biblioteconomia e educação ambiental, a inclusão da educação ambiental nos currículos de bacharel em Biblioteconomia. O referencial teórico que norteia a presente pesquisa tem a contribuição de diversos autores, entre eles cabe citar os estudos de: Milanesi (2002), Dias (1991), Barbieri e Silva (2011), Loureiro (1998; 2008), Guimarães e Tomazello (2003), Castro (2002), Cardoso (2010).

3.1 Histórico da educação ambiental

As preocupações acerca do meio ambiente há anos vem intensificando as discussões em todo o mundo. Inúmeros eventos e acordos vêm sendo realizados mundialmente com a finalidade de diminuir a degradação ambiental causada pelas interferências humanas na natureza. Alinhada com a ideia de conscientização e preservação do meio natural, a educação ambiental serve como instrumento fundamental para a mudança do comportamento do ser humano com a natureza. Com esse intuito, a ONU deu o incentivo para criar modelos de desenvolvimento no nível internacional.

Com o propósito de regular as nações, a Organização das Nações Unidas (ONU), tinha como objetivo atuar também no âmbito social, porém sua importância passou a ser contestada devido à acentuação das desigualdades sociais entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Dessa forma, a organização promoveu Conferências Internacionais focadas em sua agenda social influenciando assim, a partir de documentos oriundos dos eventos, no comportamento dos países envolvidos. (A ONU..., 2018).

Em 1972, em Estocolmo ocorria a primeira conferência da agenda da ONU, *A Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente* que objetivava orientar as relações do homem com o meio ambiente. Nesse mesmo ano foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que, juntamente com a Unesco, desenvolvem ações relativas a educação ambiental no âmbito das nações unidas e definem diretrizes a serem aplicadas em nível mundial. (A ONU..., 2018).

A Conferência teve como produto a *Declaração Sobre o Ambiente Humano*¹, com recomendações e princípios no desenvolvimento da educação ambiental, “com vistas a educar o cidadão comum para a compreensão dos mecanismos de sustentação da vida na terra, como o primeiro passo para o manejo e controle do meio ambiente” (DIAS, 1999, p. 4).

No princípio 19 da *Declaração de Estocolmo* o papel da educação ambiental é considerado no que se refere ao processo de garantia do direito a qualidade ambiental:

É de fundamental importância um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massa evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos. (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972, p. 5).

De Estocolmo derivou-se a declaração com princípios norteadores para a sustentabilidade, e o *Plano de Ação para o Meio Ambiente* que contém 109 recomendações em 3 (três) áreas distintas, a primeira relacionada ao meio ambiente mundial, a segunda a gestão do meio ambiente e a terceira relacionada a informação ambiental, educação ambiental e formação de especialistas na área. (PASSOS, 2009, p. 11).

A recomendação nº 96 versava sobre a necessidade de existir um programa de educação ambiental além de considerar a educação não-formal como forma de ensino do meio ambiente para ordenar e controlar o meio natural:

Recomenda-se que o Secretário Geral, os organismos do sistema das Nações Unidas, particularmente a Unesco e as demais instituições internacionais interessadas, adotem as medidas necessárias para estabelecer um programa internacional de educação sobre o meio ambiente, de enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extraescolar, que abarque todos os níveis de ensino e que seja dirigido ao público em geral, especialmente ao cidadão que vive nas áreas rurais e urbanas, ao jovem e ao adulto indistintamente, para lhes ensinar medidas que dentro de suas possibilidades, possam assumir para ordenar e controlar seu meio ambiente. (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972.)

A partir das recomendações da Conferência de Estocolmo, a Unesco promoveu I Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, em Belgrado, no qual foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (Piea) que formulou os seguintes princípios

¹ Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 22 abr. 2018.

orientadores: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

O documento oriundo deste Seminário foi a *Carta de Belgrado*² que constitui em um dos documentos mais importantes da década em termos de educação ambiental. Dispõe como meta da educação ambiental formar uma população consciente e compromissada a trabalhar buscando soluções para problemas e prevenindo-se de novos. Determina objetivos da educação ambiental como: conscientização, conhecimentos, atitudes, aptidões, avaliação e participação além de delinear diretrizes para os programas de educação ambiental. Preconiza a reforma dos sistemas educacionais para que jovens possam receber uma educação produtiva para a sociedade, além de propor um Programa Mundial para a Educação Ambiental afirmando que:

[...] possibilitará o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, de valores e atitudes, enfim, um esforço direcionado a uma melhor qualidade do ambiente, e de fato, para uma melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. (CARTA DE BELGRADO, 1975).

Segundo Barbieri e Silva (2011), a *Carta de Belgrado* foi bastante criticada pela visão pouco realística, mas ainda assim é considerada um instrumento importante na educação ambiental em termos de conceitos, princípios e diretrizes associadas ao desenvolvimento sustentável. Alguns termos foram modificados na Conferencia Internacional sobre Educação Ambiental de Tbilisi, na Geórgia.

Outro evento subsequente ao encontro de Belgrado foi a *Conferência de Tbilisi*, realizada na Geórgia, em 1977. Em sua declaração encontram-se recomendações para a educação ambiental no nível formal e informal envolvendo pessoas de todas as idades. Para Dias (1991) e Novicki e Souza (2010) este evento é o mais importante para a evolução da educação ambiental no mundo por ter culminado a fase inicial do PIEA e por recomendar a adoção de critérios para desenvolver a educação ambiental como, por exemplo, considerar a interdisciplinaridade da questão ambiental, ou seja:

[...] um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente. (UNESCO, 1997, p. 98).

² Disponível em:< www.mma.gov.br/informma/item/8066-carta-de-belgrado> . Acesso em: 09 maio 2018.

Por meio de 41 recomendações, a Declaração definiu objetivos, características da educação ambiental assim como as estratégias nos planos nacional e internacional. A recomendação nº 8 está direcionada a educação de pessoas comuns, a educação de profissionais cujas ações tenham influência no meio ambiente e a formação de profissionais que se ocupam com problemas ambientais específicos. (BARBIERE; SILVA, 2011, p. 56).

Na recomendação nº 10 está especificado que a formação de certos profissionais, mesmo não exercendo função no âmbito do planejamento ou administração ambiental, não descarta a repercussão de maneira significativa, direta ou indiretamente, no meio ambiente. Ou seja, a formação em educação ambiental deve possibilitar a inclusão de todo e qualquer profissional que, no exercício de suas funções, de alguma forma, atinge negativamente o meio ambiente.

Nessa perspectiva Oliveira e Corona (2008, p. 55) confirmam que:

É fundamental a formação de profissionais que atendam com eficiência à resolução dos problemas ambientais e que evidenciem esforços no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. Todos os fatos relacionados com a crise ambiental atual foram produzindo uma mudança gradativa na sociedade e nas suas instituições. Mas dependendo de como essas informações penetram nas percepções dos indivíduos e de como se refletem em suas ações, as mudanças acabam sendo lentas e incompletas.

Em 1976, foi criada em Ohio, Estados Unidos da América, a primeira organização social reunindo educadores ambientais, The International Society for Environmental Education. Para a Environmental Education Council Of Ohio (EECO)³ a definição também está relacionada à qualidade ambiental:

Educação ambiental é um processo que envolve aprendizado constante a respeito do mundo natural e das questões ambientais, utilizando-se, para isso, de várias abordagens baseadas no conhecimento multidisciplinar que possibilitem a tomada de decisões individuais e sociais, resultando, com isso, em atitudes e estratégias de ação que permitam fazer a diferença no mundo (EECO, 2000, p. 4).

A Unesco realizou em Moscou em 1987, o *Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente*, que teve destaque pela criação de um quadro metodológico para a concretização da EA e por objetivar um plano de ação para que a educação ambiental fosse, de fato, implementada na década seguinte. Segundo Assis (1991), desse congresso, um documento denominado *Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 1990* foi desenvolvido. Este ressalta a

³ Conselho de Educação Ambiental do estado de Ohio (EECO). Disponível em: <www.eeco-online.org/>. Acesso em: 22 abril 2018.

importância da formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da educação ambiental e na inclusão da dimensão ambiental nos currículos em todos os níveis.

De acordo com Novicki e Souza (2010), uma das conferências que se destacaram em termos de ampliação da educação ambiental foi a I Jornada Internacional de Educação Ambiental que culminou no Fórum das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais - mesmo ano da ECO-92 – na qual foi produzido o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, cuja introdução ressalta a importância da educação ambiental que “é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica.” (TEASS, 1992, p. 1).

O tratado diz que a EA:

[...] deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade, explicitando, mais adiante, que a educação ambiental “não é neutra, mas ideológica”, por isso mesmo corresponde a um ato político, devendo, portanto, “tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico”.

No Rio de Janeiro, em 1992, ocorria a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), conhecida também como a Cúpula da Terra. Esta conferência adotou a Agenda 21, cujo capítulo 36 formula propostas para o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento, além da *Carta Brasileira de Educação Ambiental* que confirma a necessidade da educação ambiental como estratégia de proteção ao meio ambiente, e reconhece a falta de compromisso do Governo com políticas educacionais voltadas para educação ambiental.

[...] reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, consequentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admitia ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidava um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país. (HENRIQUES et al..., p. 14, 2007).

Alguns anos depois, mais precisamente em 1997, ocorreu outro evento de grande impacto na Educação Ambiental internacional: a *Conferência Internacional Sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência pública para a sustentabilidade* ou Conferência de Thessaloniki. Esse encontro realizado, em Thessaloniki, teve um grande

impacto justamente pelos inúmeros encontros realizados no mesmo ano em vários países do mundo. A partir daí o Brasil passou a ter uma perspectiva mais enriquecida acerca da importância da EA reforçada pelas conferências internacionais. (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

3.2 A educação ambiental no Ensino superior brasileiro

A Educação Ambiental no Brasil surge na década de 1970 quando se iniciam os movimentos ambientalistas organizados por professores e estudantes. De forma institucional no governo federal, em consequência da participação na Conferência de Estocolmo, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), em 1973, no âmbito do Ministério do Interior (MINTER) que estabeleceu como parte de suas atribuições, “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”. Foi responsável por várias iniciativas de capacitação de recursos humanos e de sensibilização de setores da sociedade para as questões ambientais. A década foi marcada pelo ambientalismo conservacionista, ou seja, basicamente combater a poluição e apoiar a preservação.

A ascensão da educação ambiental brasileira foi na década de 1980 com o aumento do debate nacional da temática devido ao crescimento de publicações acadêmicas, movimentos ambientalistas, encontros nacionais e ações políticas (LOUREIRO, 2008). Nessa década foi estabelecida a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que determinou em seu artigo 2ª a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino (básico e superior) incluindo a educação da comunidade para a defesa do meio ambiente. E reforçando a lei, o tema foi incorporado à Carta Magna, em 1988 no inciso VI do artigo 225 da Constituição Federal: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

No período da promulgação destas leis no Brasil, a definição e a importância da educação ambiental era confundida com ecologia. Os primeiros esforços voltados para a inclusão da educação ambiental no ensino básico e superior eram fragmentados e isolados, ignorava aspectos sociais econômicos, culturais, políticos, éticos. Abordando apenas aspectos biológicos do meio ambiente e descartando a interdisciplinaridade que era uma das premissas definidas em Conferências Internacionais de educação ambiental para sua evolução. (DIAS, 1991).

A importância da Educação ambiental na política ambiental brasileira foi identificada em 1991, na Comissão de Preparo para a Rio-92 e, por esta razão foi criada uma Coordenação-Geral de Educação Ambiental do MEC (CGEA) – antes Grupo de Trabalho de Educação Ambiental - e a Divisão de Educação Ambiental no Ibama e no ano seguinte foi criado o Ministério do Meio Ambiente.

Em 1992, no II Fórum Brasileiro de Educação Ambiental a ideia de uma Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea) foi lançada com a adoção do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* como carta de princípios aprovada por entidades e educadores de todo o mundo durante o Fórum Global 92, paralelo à Conferência da ONU, no âmbito da I Jornada Internacional de Educação Ambiental, aberta pelo educador Paulo Freire. A exemplo da recém-criada Rebea, nos anos seguintes, foram criadas redes de educação ambiental em diversas unidades federativas do país.

Três anos depois, em 1997 ocorreu a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, na qual foi produzido o documento *Carta de Brasília para a Educação Ambiental*, tratando a educação ambiental em vários eixos temáticos. No mesmo ano foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que servem como apoio para o desenvolvimento do projeto educativo das escolas abordando temas transversais como, por exemplo, o meio ambiente. A Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama, ainda em 1997, criou o curso de *Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental*, voltado aos grupos sociais diretamente envolvidos com as atividades de gestão ambiental

Segundo Batista e Ramos (2011, p. 4) os PCNs:

[...] elegeram o meio ambiente como um dos temas transversais a serem incluídos nos currículos escolares, mas com pouca repercussão sobre os sistemas de ensino, dada a forma verticalizada como o referido documento foi elaborado, caracterizando-se mais como uma proposta burocrática que de fato não foi incorporada pelas escolas e professores.

A não incorporação da educação ambiental se deve ao tema ser recente no país ocasionando a ausência da educação ambiental em projetos pedagógicos dos cursos nas instituições de ensino superior (IES) como afirmam Pequeno, Sauvé e Almeida (2009, p.7):

A maioria das instituições de ensino superior ainda não despertou para sua corresponsabilidade no sentido de incorporar a dimensão ambiental, de forma sistemática, tanto nos currículos dos cursos de formação de profissionais que atuarão nas diversas áreas, quanto nos processos de gestão.

Mesmo com a existência de aparatos legais, o ensino superior ainda não incorporava nos currículos - até o momento - a dimensão ambiental, independente de serem profissionais que após a formação trabalhariam diariamente com a questão do meio ambiente, sejam profissionais que lidam com a questão ambiental indiretamente ou como cidadãos. A universidade já deveria ter aderido de forma completa a educação ambiental, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão.

Em 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795 sobre Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que foi regulamentada em 2002, pelo Decreto nº 4.281, que define as competências do Órgão Gestor do PNEA - que oficializa a educação ambiental em todas as modalidades de ensino. Define educação ambiental como:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

A PNEA diz que as atividades serão desenvolvidas na educação em geral por meio da capacitação de recursos humanos entre outras linhas de atuação. Essa capacitação é: “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas”.⁴

A Política Nacional de Educação Ambiental entende como importante acrescentar a questão ambiental na formação de profissionais de todas as áreas. Nessa mesma linha de pensamento, Batista e Ramos (2011) e Guimarães e Tomazello (2003) percebem que a introdução da Educação Ambiental (EA) no ensino superior é imprescindível para que graduandos desenvolvam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para posicionarem-se diante de problemas ambientais de forma ativa e compromissada com a qualidade do meio ambiente e da vida de todos os seres vivos.

Loureiro (2008) confirma que a lei traz a preocupação da educação ambiental em construir atitudes e a de vincular “processos formais de transmissão e criação de conhecimentos a práticas sociais”. Acrescenta, ainda, que a lei preocupa-se em inserir conceitos mediante a interdisciplinaridade nos cursos de formação, para modificar a atuação profissional no sentido de torná-las menos impactantes ao ambiente.

Em 2004, foi reorganizado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) criado em 1999, que foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental, juntamente com os Núcleos de Educação do

⁴ Lei 9.597/1999 § 2º II.

Ibama nos estados. Este Programa reflete uma mudança de paradigma no processo educativo que reconhece a importância do espaço que a universidade deve ter para o campo da educação ambiental, promovendo a necessidade na formação universitária da questão ambiental como disciplina abordado na transversalidade no ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2005).

Depois que institucionalizaram a PNEA e o ProNEA, Batista e Ramos (2011, p. 5) percebem que suas diretrizes realçam o papel de produtora e disseminadora de conhecimento da universidade em razão de sua função social, ou seja: “não apenas que a universidade tem legitimidade para a produção do conhecimento, mas também tem a responsabilidade social de colocá-lo à disposição da sociedade, o que constitui um dos principais desafios da universidade contemporânea.”

Desta forma, antes de ser um profissional, todo universitário é cidadão e faz parte de uma sociedade, assim, a universidade, enquanto instituição educadora tem a responsabilidade de produzir conhecimentos e colocá-los à disposição dos cidadãos. Novo (1999 apud GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003, p. 60) entende que a universidade tem a responsabilidade de formar pessoas socioambientais, independentemente de atuarem ou não na educação ambiental. E diz ainda:

[...] a universidade, enquanto formadora de profissionais que vão ter uma incidência sobre os modelos de desenvolvimento, deveria [...] assumir a responsabilidade de formar pessoas capazes de interpretar os problemas socioambientais e elaborar respostas pertinentes a isto.

No contexto de instrumentação legal, um ano significativo para educação ambiental foi a aprovação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação ambiental*, pela Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que prevê a relevância e obrigatoriedade da educação ambiental. A resolução informa que o atributo “ambiental” vai além do tipo de educação que a EA pratica, mas “se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental”. Define a EA como:

[...] uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012, p. 2).

Reafirma, assim como o PNEA, que o ensino superior deve promover a educação ambiental integrada aos projetos pedagógicos e institucionais além de reiterar a

interdisciplinaridade da abordagem seja esta, na pesquisa, extensão ou como uma disciplina curricular.

3.3 A formação do bibliotecário

O bibliotecário existe desde a antiguidade, em Alexandria, e eram pessoas extremamente estudiosas que tinham amor pela leitura e pela ciência. Estes tinham domínio de vários conteúdos e eram tão conhecedores de diversos assuntos que tornavam-se organizadores dos acervos. Já no período medieval as bibliotecas eram restritas e pertencentes a monastérios e os bibliotecários considerados figuras misteriosas e sábias. (SANTOS, 2012).

No fim do século XIII com as bibliotecas universitárias, o bibliotecário surge de fato como organizador e, posteriormente, no século XV no Renascimento consolida-se como disseminador do conhecimento e ator central no firmamento das bibliotecas. (MARTINS, 2002 apud SANTOS, 2012, p. 185).

As atribuições do bibliotecário-chefe transcendiam as funções habituais, pois eles eram também humanistas e filólogos, encarregados de reorganizar as obras dos autores. Além disso, eram encarregados também da tutoria dos príncipes reais, a quem deveriam orientar nas leituras e no gosto (BARATIN; JACOB, 2000 apud SANTOS, 2012, p. 5).

Porém, somente no final do século XIX percebeu-se a necessidade de especializar um profissional para trabalhar com a volumosa produção de livros. A partir dessa época práticas e técnicas bibliotecárias foram desenvolvidas a fim de organizar os acervos existentes. (MARTINS, 2002).

No Brasil o primeiro curso de biblioteconomia foi criado pelo Decreto n. 8.835, de 11/07/1911. Iniciou em abril de 1915 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tendo como diretor Manuel Cícero Peregrino Silva. O programa deste curso pioneiro se inspirava no modelo francês (*École de Chartes*), sua duração era de aproximadamente 12 meses e se constituía de apenas cinco disciplinas, dando ênfase ao aspecto cultural e informativo. Posteriormente, com caráter mais tecnicista baseado no modelo norte-americano ligado exclusivamente ao tratamento e organização de documentos surge, em São Paulo, o segundo curso em 1929 e, somente em 1962 após regulamentação da profissão de bibliotecário que os currículos tornam-se padronizados. (SILVA, 2005).

A transformação expressiva que o bibliotecário passa ao longo dos anos devido aos avanços e exigências da sociedade demonstra a capacidade de desenvolver habilidades e

competências de acordo com moderno contexto da sociedade da informação. (MILANESE, 2002).

Para que o bibliotecário acompanhe as exigências e seja considerado um profissional relevante para a sociedade:

[...] é preciso que a escola de Biblioteconomia insira, de forma concreta, entre as suas prioridades de ensino, com a densidade necessária, os aspectos que levem o profissional bibliotecário brasileiro a dar a devida importância ao objeto de trabalho usuário. Mas não uma visão estereotipada de usuário, e sim o indivíduo, com as suas peculiaridades, em função de sua participação na realidade de nossa sociedade. Só assim, será possível a sobrevivência dessa profissão, embora com perfil provavelmente diferente deste de hoje. (SOUZA, 1991, p. 187).

A atuação interdisciplinar do bibliotecário propõe um desafio para o profissional visto que “demanda maior empenho intelectual exige mudanças de atitudes no exercício da profissão” (SILVA, 2017, p. 41). A sua formação deve proporcionar a apreciação das questões relacionadas às transformações na sociedade em vários aspectos com a missão de pensar soluções e refletir na função social da informação (ESPÍRITO SANTO, 2006 apud SILVA, 2017, p. 43).

Frente às transformações da sociedade da informação e as demandas oriundas dessas mudanças, se discute a responsabilidade social do bibliotecário que segundo Silva (2017) é concentrada na mediação e difusão da informação quanto à formação e socialização de indivíduos minimizando a carência de acesso a bens e serviços da população. Dessa forma, é necessário que sua formação seja atrelada à busca de novos saberes para atuação integrada com a sociedade. Milanesi (2002) acrescenta que os cursos continuarão formando técnicos ignorantes da sociedade por não atenderem as bases teóricas que se exigem da profissão do bibliotecário.

3.4 O currículo de biblioteconomia no Brasil

O primeiro currículo mínimo foi instituído pelo Parecer n. 32, de 1962, emitido pelo Conselho Federal de Educação, com o intuito de padronizar os currículos que eram diferenciados com maior ou menor grau de disciplinas técnicas. Nesse mesmo ano, a Lei 4.084 regulamentou o exercício da profissão de Bibliotecário. (ALMEIDA; BATISTA, 2013).

Após a insatisfação de professores da área e a necessidade de se atualizar o currículo, o Conselho Federal de Educação, em pareceria com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), estabeleceu, em 1982, o 2º currículo mínimo

com matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais e matérias de formação profissional. Percebeu-se que havia mais semelhanças do que diferenças entre o primeiro e segundo currículos e continuou não agradando a classe acadêmica (ALMEIDA; BATISTA, 2013).

Na década de 1990, após a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as *Diretrizes e Bases de Educação Nacional* as universidades passaram a ter mais autonomia e flexibilidade na fixação curricular dos cursos e programas além de poderem estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa e extensão. (BRASIL, 1996).

O marco dos projetos pedagógicos de curso é a LDB que intensifica a elaboração e autonomia da construção dos projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição. O projeto pedagógico de curso sendo um instrumento de ação educativa de caráter plural que constrói a identidade de cada universidade/curso, estrutura o currículo sob a lógica teórico/prática trazendo uma ruptura das práticas tradicionais e dá espaço ao aluno despertar interesses, além de estímulo a curiosidade e na criatividade para a solução de problemas (ASSOCIAÇÃO..., 2001).

Mesmo com a flexibilização curricular proposta pelos PPC, as diretrizes curriculares nacionais para cursos superiores direcionam o currículo, ou seja, as propostas das matrizes curriculares devem considerar as diretrizes curriculares nacionais. (ASSOCIAÇÃO..., 2001). No caso da biblioteconomia, as *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia*, regulamentadas pelo Parecer CNE/CES nº 492/2001, define o perfil dos egressos, estabelece competências e habilidades necessárias, além de direcionar o conteúdo curricular do curso. Definidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, as diretrizes versam que a formação do bibliotecário:

[...] supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural, etc. (BRASIL, 2001, p. 32).

O parecer recomenda que os PPCs evidenciem, na elaboração dos conteúdos, os aspectos sociais e culturais pela adoção de um prisma humanístico transcendendo as questões práticas mais imediatas. Sugere as modalidades de como pode ser feita essa formulação de conteúdos com a parceria de outros cursos para: ministrar matérias comuns; promover ênfases

específicas em determinados aspectos da carreira; ampliar o núcleo de formação básica e complementar conhecimentos auferidos em outras áreas. (BRASIL, 2002, p. 33).

As diretrizes propõem a elaboração de projetos pedagógicos de curso, dando espaço para os cursos assumirem o compromisso de formar profissionais críticos e capazes de transformar socialmente a sua realidade, dando condições para a garantia da cidadania. Trouxeram flexibilidade ao currículo além de atrair a consciência sobre a diversidade e heterogeneidade do conhecimento do aluno (CASTRO, 2002).

Na mesma linha de raciocínio, Rodrigues (2002) afirma que as diretrizes acarretaram em benefícios para as IES de organizarem seus projetos pedagógicos de curso (PPC) de acordo com a realidade social local além de proporcionar ao estudante a maior interdisciplinaridade que o perfil profissional exige.

Assim, raciocina Sacristán (2000 apud CASTRO, 2002, p. 27), o conteúdo curricular deve ser crítico-dialético e por em evidencia a realidade que o condiciona. Dessa forma, “o espaço da formação permite - ou deveria permitir - o confronto de várias formas de pensar, correntes sobre os mais variados temas, em especial aqueles vinculados à formação de um dado profissional.” Nesse aspecto, o PPC em sua proposta deve corroborar para a construção de um currículo pleno que adeque não só as técnicas necessárias para o exercício da profissão, mas contemple conteúdos multi e interdisciplinares onde este profissional seja capaz de promover a interação social através destas práticas interdisciplinares.

Porém, o que se observa é uma formação atrelada ao mercado de trabalho, uma alteração do perfil profissional para as demandas de mercado que “significa formar, preparar e voltar um segmento tão somente para atender interesses que não são necessariamente frutos das necessidades da sociedade”. (CASTRO, 2002, p. 135).

Segundo Castro (2002), não se deve submeter o currículo a conceitos impostos pelas áreas técnicas ainda que seja prioridade atender às demandas da sociedade (mercado) há a necessidade de formar profissionais que interfiram no destino da sociedade. Porém, o estereótipo do bibliotecário está relacionado a uma postura de submissão, mais tecnicista e menos intelectual.

O motivo para essa atitude vincula-se não só à existência da dificuldade em lidar com o estereótipo existente da profissão e elo profissional, como também por uma concepção de que o seu "fazer" não resulta em transformações, em mudanças, mas sim, em um apoio não tão necessário. (CASTRO, 2002, p. 141).

Dessa forma, observa-se a importância de se formar bibliotecários que atuem criticamente no desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos. Bibliotecários cujas competências fujam do caráter tecnicista e que busquem alcançar a comunidade fortalecendo

a socialização com a promoção da diversidade cultural e entretenimento e, para que este profissional tenha papel ativo na sociedade, o passo inicial está na construção de um currículo que tenha conteúdos relacionados a questões sociais, políticas, ambientais, culturais pois:

Formação não é treinamento. O espaço do treinamento é bem específico. Há que se analisar e entender o ensino dentro de uma perspectiva mais ampla, de uma perspectiva social. O ensino não pode se resumir ao restrito espaço da sala de aula, pelo contrário, ele deve se embrenhar em todas as facetas da vida dos alunos. E é com esse norte que deve se dar o trabalho dos docentes. (CASTRO, 2002, p. 147).

Desse modo, os cursos de graduação em biblioteconomia têm buscado modificar o caráter eminentemente técnico por meio de propostas curriculares, que consigam abarcar a realidade social de forma interdisciplinar, como é possível identificar nas disciplinas de caráter optativo ou livre, nas ofertas dos cursos de biblioteconomia no Brasil.

Quando se trata da formação de um profissional que trabalha com informação o cenário social tem total relevância, pois os usuários como sujeitos inseridos numa rede que adquire conhecimento também a partir das relações sociais, são os “clientes” ao qual o bibliotecário presta serviço. Ou seja, entender a sociedade e suas perspectivas políticas, educacionais, ambientais são de suma importância para o bibliotecário exerça sua função de forma eficiente. (SANTOS, 2002).

Sendo a biblioteconomia subárea da Ciência da Informação pertencente a grande área de Ciências Sociais Aplicadas, a maioria da oferta de cursos de graduação em biblioteconomia no Brasil se divide entre centros de ciências sociais e da educação. Dessa maneira, surgem várias discussões a respeito do papel social e da função de educador do bibliotecário. (CORREA; SPUDEIT, 2013).

As mesmas autoras concluem que disciplinas voltadas para a educação e com viés social devem estar presentes nos currículos, pois o bibliotecário precisa estar preparado para uma atuação mais ativa junto a sociedade, visto que, é um ator educacional e social nas unidades de informação da comunidade em que está inserido.

Para que o bibliotecário compreenda como um ator social no âmbito da unidade de informação, sua formação deve proporcionar esta perspectiva a partir do ensino pesquisa e extensão na universidade. Trabalhar na construção de valores e conceitos de questões sociais, ambientais, políticas e econômicas é indispensável na formação de profissionais para que estes possam adotar uma posição crítica e transformadora na sociedade. (GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2003).

3.5 Perfil e competência do bibliotecário

O caráter técnico adotado pelos profissionais da informação foi, inicialmente, provocado pela explosão informacional e ao longo do tempo foi modificado com as invenções das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e a preocupação em formar profissionais com conhecimento tecnológico foi tomando espaço nas universidades e o papel social da biblioteconomia foi sendo deixado de lado. (SOUSA; ALMEIDA, 2013).

Partilhando da mesma linha de pensamento, Lozano, Zafalon e Costa (2017) acrescentam que além das atividades ligadas ao tratamento técnico da informação e do manuseio das novas TICs, exige-se que a bibliotecário vá além dos conhecimentos biblioteconômicos intrínsecos, buscando renovação e inovação para que permaneça no mercado de trabalho.

O bibliotecário deve adaptar-se às mudanças e, principalmente, manter-se atualizado acerca dos acontecimentos do mundo atual, e uma das formas de manter-se no mercado de trabalho, além de analisar e incluir novas formas de atuação é:

[...] humanizando mais seu trabalho – que possui caráter tecnicista - não apenas garantindo aos sujeitos o direito à informação, mas também incorporando à sua identidade profissional esta necessidade de mudança. Uma profissão meramente tecnicista está fadada à extinção. [...] Somente oferecer a informação sobre documentos e seus conteúdos, já não basta. É necessária a certeza de que ela alcançará seu destino: o entendimento de quem a busca. (SALES, 2004, p. 41)

As Diretrizes Curriculares para o curso de Biblioteconomia ao traçar o perfil do bibliotecário, define que além de ser um profissional que domine as técnicas da área, deve ter um olhar crítico da realidade, não só disseminar conhecimento, mas também produzi-lo e buscar aperfeiçoamento contínuo e afirma que os egressos serão capazes de atuar de forma que demande intervenções de natureza e alcance variados. E dentre as competências e habilidades pontua que o profissional deverá ser apto a responder as demandas sociais de informação (BRASIL, 2002).

Trajber (2006 apud SOUSA, 2010, p. 54) relata que a ausência de material informativo sobre educação ambiental dificulta a aproximação do cidadão com o assunto. A possibilidade de atuação do bibliotecário nesse cenário é evidente. Além de ser uma demanda social de informação, a educação ambiental é pertinente a todo cidadão e o bibliotecário têm condições de dar suporte informacional para o assunto, independente da unidade de informação que atua desde que esteja atento as suas necessidades primárias. (SERRA, 2017).

A informação ambiental compreendida por Amorim (2008, p. 1) como “um tipo de informação científica e tecnológica que contribui para a preservação de ambientes naturais e dos ambientes construídos pelo homem, e é imprescindível para que a crise ambiental atual seja superada com sucesso”.

Vieira (1986) afirma que por meio da informação ambiental o bibliotecário adquire posição política em sua área de atuação, agindo de forma transformadora na vida de cidadãos justamente pela formação de uma consciência crítica na população, influenciando na política do país mesmo que indiretamente.

Na medida em que o bibliotecário integra no seu perfil “uma nova postura, como mediador da informação ambiental e assim, contribuir para a transformação social, no âmbito da biblioteca em que trabalha como nos demais espaços de informação e aprendizado”, a sua atuação modifica comportamentos (SERRA, 2017, p. 4)

Martins e Cipolat (2006, p. 1) reconhecem que fornecer e disseminar informações são pertinentes à biblioteconomia, mas que exercer essas atividades com o objetivo de mudar o comportamento de indivíduos “gerando pensamentos críticos e atitudes conscientes” tornando-os ecologicamente corretos é também uma tarefa competente aos bacharéis em biblioteconomia.

A biblioteca, que é o ambiente usual de atuação do bibliotecário quando pública ou do eixo educacional, apresenta uma função social ainda maior do que outras unidades de informação, no sentido de impactarem a comunidade na qual está inserida. (NUNES; SPUDEIT, 2017). Para isso, o desenvolvimento de projetos e programas de cunho cultural, educacional e social são ações que o bibliotecário, no gozo de suas funções, pode promover no âmbito da biblioteca.

Alinhar essas ações às questões sociais, ambientais, políticas e econômicas, locais e nacionais, para a disposição de informação desses assuntos é uma das competências do bibliotecário, atuante nas bibliotecas públicas ou educacionais, servindo não só como mediador, mas também como transformador social no desenvolvimento da capacidade crítica dos usuários. (NUNES; SPUDEIT, 2017).

Acrescentam, ainda, que a biblioteca tem a responsabilidade social de dispor de serviços que impactem, de maneira positiva, a comunidade e gerar, assim, o pensamento e a consciência crítica:

[...] quer dizer que a biblioteca pode disponibilizar serviços como: apresentações musicais e de teatro, oficinas, cinema, palestras e debates sobre temas diversos relacionados a política, cultura, racismo, feminismo, *bullying*, entre outros. Além disso, pode promover exposições, concertos e muito mais para aproximar as pessoas

da cultura e também espaço de aprendizagem e construção de uma consciência mais reflexiva e crítica. (NUNES; SPUDEIT, 2017, p. 3).

Assim sendo, o bibliotecário, como mediador dos serviços da biblioteca, tem a responsabilidade social no desenvolvimento de ações que impactem e despertem a comunidade local para os problemas. O planejamento de ações de cunho cultural não só compete aos bibliotecários como é uma de suas atribuições conforme define a alínea e, do artigo 7, da Lei nº 4.084/1962⁵ “planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas”.

O campo de atuação do bibliotecário é vasto: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgão de gestão do patrimônio cultural etc. (BRASIL, 2002). São as bibliotecas universitárias e escolares que concentram maiores oportunidades de atuação bibliotecária, principalmente após a Lei 12.244/2010⁶, que faz menção à obrigatoriedade da existência do(a) profissional Bibliotecário(a) nas instituições de caráter público e privado de todos os sistemas de ensino do Brasil. Levando em consideração o grande número de universidades e escolas do país e, a lei supracitada, existe a necessidade de um profissional da informação cujo perfil seja voltado, também, para atividades educacionais da biblioteca, sejam oficinas, contos, projetos dos mais variados temas.

Compete ao bibliotecário dar espaço a ações e programas que ofereçam soluções a questões sociais e promover o entretenimento da comunidade por meio de eventos culturais, pois a responsabilidade social da biblioteconomia se materializa, justamente na disseminação da informação útil, para os indivíduos da comunidade em que está inserida como afirma Lindemann (2014).

A sociedade precisa da biblioteconomia “subversiva, guerrilheira, que alimente a população de informações, que inverta as prioridades hoje existentes, que permita ao povo reconhecer-se como cidadão”. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 88)

A população não nos reconhece como úteis socialmente. E sabem por quê? Porque insistimos em não reconhecer nossa verdadeira função social que não é apenas incentivar a leitura, mas trabalhar com a informação, levá-la àqueles que dela necessitam. Através dela, permitir que a população conheça seus direitos, saiba como reivindicá-los, possua uma consciência social e política que possa transformar toda essa estrutura social. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 91).

⁵ Lei que Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

⁶ Lei que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

É possível que o perfil social do bibliotecário se estabeleça desde que, a partir da sua formação, seja desenvolvida a consciência do impacto que suas ações, no âmbito da unidade de informação, causam à comunidade em que está inserido. E, para que os aspectos educacionais relacionados ao meio ambiente sejam também considerados impactantes, para ser desenvolvido na biblioteca, é necessário que a universidade se atente para a importância da educação ambiental em âmbito acadêmico, para que, posteriormente, este profissional desempenhe papel não só de mediador, mas também de transformador na sociedade.

3.6 A relação da biblioteconomia e a educação ambiental

A preocupação com o meio ambiente está no cotidiano de vários profissionais, perpassa por todas as áreas do conhecimento mesmo que indiretamente. O fornecimento de insumo informacional para se alcançar uma mudança no agir ecológico, desenvolvendo cidadãos conscientes com relação ao meio ambiente, pode ser também uma tarefa do bibliotecário.

A atuação do bibliotecário nesse processo é por meio do fornecimento de informação ambiental que tem como função contribuir para a solução dos problemas ambientais e contribui para a preservação do meio ambiente (NOGUEIRA, 2011; SOUSA; ALMEIDA, 2013; AMORIM, 2008; VIEIRA, 1986).

É através da informação ambiental que o bibliotecário mais diretamente tem espaço para atuar politicamente, na formação de uma consciência crítica da população e, assim, influenciar na política do país e na defesa da sobrevivência do próprio planeta. (VIEIRA, 1986, p. 205).

Dessa forma, observa-se que a informação é o elemento para gerar conhecimento que possibilite o cidadão compreender os processos socioambientais que o cercam e, cabe aos bibliotecários ser o elo entre a informação e o ser humano para que se proporcione a construção de sujeitos ecológicos (NOGUEIRA, 2011).

Como mediador da informação, o bibliotecário atua na condição de educador ambiental na medida em que dissemina a informação ambiental e contribui para a transformação social no ambiente da unidade de informação (SERRA, 2017).

A função educativa do bibliotecário encontra-se:

[...] no sentido de auxiliar a comunidade escolar na utilização correta das fontes de informação, dando um embasamento para que o educando saiba usufruir esses conhecimentos, também fora do ambiente escolar. Ele ensina a socialização, através do compartilhamento de informações, de utilização de materiais e ambientes coletivos, preparando assim o educando no desenvolvimento social e cultural. (CORRÊA et al., 2002, p. 121).

O educador ambiental, segundo Maia (2009, p. 22), é o profissional envolvido com a

[...] prática da educação ambiental voltada para a promoção de mudanças que permeiam o cotidiano de todos os indivíduos e instituições ligadas com a sustentabilidade do meio ambiente. As ações desses educadores são coletivas e devem ser voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental.

Assim, pode-se perceber que o bibliotecário para atuar como educador ambiental, é necessário que faça, justamente, o que ele já faz: disseminar informação. Porém, a informação terá um objetivo que é a mudança de comportamento e a construção de uma consciência ecológica.

Martins e Cipolat (2006, p. 182) afirmam que “o bibliotecário, enquanto profissional da informação, desempenha um papel de suma importância agindo como formador de opinião e como agente conscientizador”, ou seja, o caráter social da biblioteconomia está em “oferecer um universo acessível de conhecimento significativo, para que se possa compreender a realidade e atuar sobre ela.”

Dessa forma, também é a educação ambiental que tem como objetivo (LOUREIRO, 1998, p. 123)

[...] a formação de um cidadão consciente, capaz de agir em seu espaço de vida, bem como entendê-lo, em processos interativos e interdisciplinares. Transcender os limites de uma prática, ainda comum, exclusivamente informativa, de sensibilização ou de instrumentalização para a melhor gestão dos recursos naturais, pressupõe o conhecimento crítico da dinâmica societária e da constituição da cidadania contemporânea em um mundo globalizado.

Ora, a biblioteca é considerada um espaço onde há processos interativos e interdisciplinares como a promoção de eventos, palestras, oficinas, cursos. Assim, como a EA a biblioteca é considerada educação informal. Essa fusão é possível de ser vislumbrada no *Projeto Sala Verde* coordenada pelo MMA.

Projeto Sala Verde consiste no incentivo à implementação de espaços socioambientais para atuar como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental. Instituído em 2000, inicialmente, com o foco no caráter de biblioteca verde, a partir da evolução e desenvolvimento do projeto percebeu as inúmeras potencialidades que além de disponibilização e democratização do acesso às informações, podem desenvolver atividades de educação ambiental: como cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões campanhas. (PROJETO SALAS VERDES, 2012).

A função da Sala Verde:

[...] é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental (PROJETO SALAS VERDES, 2012).

Inicialmente, o projeto tinha o intuito de criar bibliotecas de acervo socioambiental porém, ao longo do tempo, além de acervo, atividades eram realizadas no âmbito das bibliotecas, como palestras, oficinas, eventos entre outros. Configura-se um projeto importante para a evolução da educação ambiental no Brasil, mas também representa um espaço de atuação bibliotecária no que tange a capacidade de provocar uma ecologia de ideias e ações nos usuários. (SOUSA; ALMEIDA, 2013).

A relação da biblioteconomia com a questão ambiental tem tomado espaços não vistos anteriormente. O XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação tem como principal tema: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030.

Alinhado ao CBBD está o *International Advocacy Program* (IAP) da IFLA, que é um programa destinado a dar subsídio, capacitação, promover e apoiar o papel que as bibliotecas podem desempenhar no planejamento e implementação da Agenda 2030 da ONU e dos ODS . O objetivo é do IAP é:

Aumentar o nível de conscientização sobre os ODS dos trabalhadores bibliotecários nos níveis comunitário, nacional e regional e promover o importante papel que as bibliotecas podem desempenhar no desenvolvimento, contribuindo para a Agenda 2030 da ONU e os ODS; Aumentar a participação de associações de bibliotecas e representantes de bibliotecas públicas no trabalho de defesa de causa nos níveis nacional e regional para garantir o acesso público sustentável à informação por meio de serviços e programas de bibliotecas. (IFLA, 2018).

Ou seja, objetivo do programa é que os bibliotecários trabalhem justamente com a promoção da educação ambiental, para defender e influenciar a mudança de comportamento dos indivíduos, dando visibilidade ao serviço biblioteconômico e a biblioteca nesse processo.

Não só o XXVII CBBD, mas inúmeros trabalhos abordaram questões relacionadas com o bibliotecário poder contribuir para a educação ambiental. A pioneira nesse estudo Professora Anna da Soledade Vieira, Titular da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1986 com o artigo “Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia”. O trabalho mais atual com esse enfoque foi o de Cardoso (2010) que resultou em diretrizes gerais para as bibliotecas se tornarem sustentáveis.

Sendo a informação ambiental um pressuposto básico para a solução de problemas ambientais e a educação ambiental sendo um processo para a construção de valores acerca da

importância do meio natural, o bibliotecário, por ter como função disseminar a informação, na sua formação é necessário que haja um preparo para lidar com as atividades educativas em meio ambiente. A disposição de disciplinas de educação ambiental é obrigatória pela Resolução nº2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e tem como função “imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.” (BRASIL, 2012, p. 2).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento de dados se deu em três etapas. Na primeira, foram identificadas todas as instituições de ensino superior que oferecem biblioteconomia como curso presencial de graduação no *site* do MEC⁷. No total são 39 cursos de biblioteconomia presenciais e EAD. Na segunda etapa foram selecionados apenas cursos de universidades federais e estaduais resultando em 31 cursos (ver apêndice A), com base avaliações realizadas pelo Inep, estas são as instituições mais destacadas em termos de ensino no país.

A terceira etapa foi dedicada ao levantamento de informações dos currículos das universidades acerca de iniciativas curriculares em educação ambiental nos cursos de biblioteconomia. Para isso, o *site* de cada universidade foi acessado em busca das disciplinas obrigatórias, optativas e livres, na grade curricular em educação ambiental, suas respectivas ementas e o Plano Pedagógico do Curso. Foi analisado, também, se havia esforços de inclusão da EA na pesquisa e na extensão. No período da coleta (junho/2018) não foram encontrados os PPCs de 5 universidades (UESPI, UFBA, UFES, UFF e UNB).

Dessa forma, inicialmente, o estudo considerou 26 universidades que disponibilizavam no período de coleta, as informações necessárias conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Universidades consideradas para estudo

Região	Universidade		Nome do curso	Site do curso
Norte	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	Biblioteconomia	https://www.ficufam.com.br/curso-de-biblioteconomia/
	UFPA	Universidade Federal do Pará	Biblioteconomia	http://www.ufpa.br/biblio/02/
	UNIR	Universidade Federal da Rondônia	Biblioteconomia	http://www.biblioteconomia.unir.br/portal/

⁷ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

Nordeste	UFAL	Universidade Federal do Alagoas	Biblioteconomia	http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/biblioteconomia
	UFC	Universidade Federal do Ceará	Biblioteconomia	http://www.biblioteconomia.ufc.br/
	UFCA	Universidade Federal do Cariri	Biblioteconomia	https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/biblioteconomia
	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	Biblioteconomia	www.biblioteconomia.ufma.br/
	UFPE	Universidade Federal do Pernambuco	Biblioteconomia	https://www.ufpe.br/biblioteconomia-bacharelado-cac
	UFPB	Universidade Federal da Paraíba	Biblioteconomia	https://security.ufpb.br/biblio
	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Biblioteconomia	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000006&nivel=G
	UFS	Universidade Federal do Sergipe	Biblioteconomia e Documentação	http://cienciainformacao.ufs.br/pagina/7064
Centro-Oeste	UFG	Universidade Federal do Goiás	Biblioteconomia	https://biblioteca.fic.ufg.br/
	UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso	Biblioteconomia	https://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Rondonopolis/2861/1509
Sul	FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Biblioteconomia	http://biblioteca.furg.br/
	UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	Biblioteconomia* (HAb em GI)	http://www.faed.udesc.br/biblioteconomia
	UEL	Universidade Estadual de Londrina	Biblioteconomia	http://www.uel.br/ceca/cin/
	UFPR	Universidade Federal do Paraná	Gestão da Informação	http://www.sociasaplicadas.ufpr.br/portal/deci/gi/
	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Biblioteconomia	http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=304
	UFSC	Universidade de Santa Catarina	Biblioteconomia	http://biblioteca.ufsc.br/
Sudeste	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Biblioteconomia	http://colgradbiblio.eci.ufmg.br/
	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Biblioteconomia e Gestão de Unid. Informação	http://www.facc.ufrj.br/joomla/index.php/graduacao/biblioteconomia-e-gestao-de-unidades-de-informacao
	UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Biblioteconomia e Ciência da Informação	http://www.bci.ufscar.br/-1
	UNESP	Universidade Estadual Paulista	Biblioteconomia	http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/biblioteconomia/
	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Biblioteconomia (Bach. e Licen.)	http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb
	USP-ECA	Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes	Biblioteconomia	http://www3.eca.usp.br/ccex/biblioteconomia
	USP-FFCLRP	Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	Biblioteconomia e Ciência da Informação e Documentação	https://www.ffclrp.usp.br/graduacoes/educacao/informacao/comunicacao/bachareladoe mbiblioteconomiaecienciasdainformacaoeda documentacao.php

*Habilitação em Gestão da Informação / ** Oferece Biblioteconomia como Bacharelado e Licenciatura.

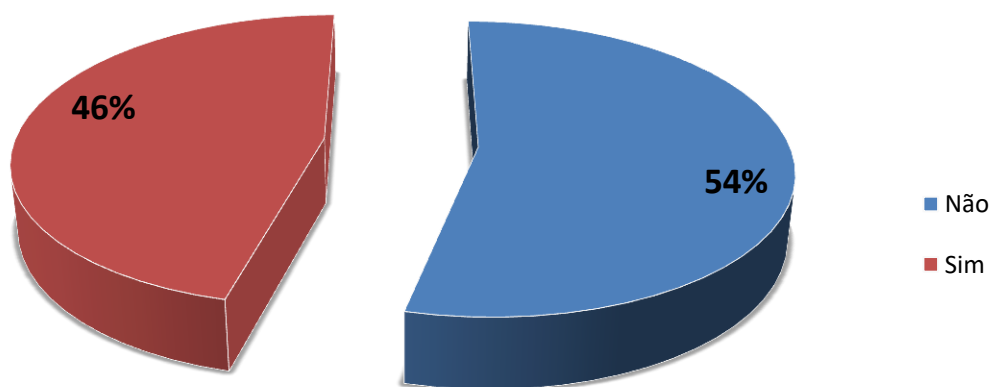
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando que o estudo tem como objetivo identificar a existência de disciplinas em meio ambiente nos currículos de biblioteconomia das universidades públicas do país, é relevante informar que em 14 casos (UDESC, UEL, UFAM, UFMA, UFMG, UFMT, UFPA, UFPB, UFRJ, UFS, UFSC, UNESP, UNIR e USP-FFCLRP) não havia nenhuma disciplina de conteúdo ambiental em seus currículos.

O gráfico 1 apresenta o percentual das universidades que contemplam, de alguma maneira, a temática ambiental em seus currículos.

Gráfico 1 - Temática ambiental/sustentável no currículo



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Considera-se negativo que apenas 46% das universidades apresentaram alguma iniciativa curricular sobre meio ambiente. Isso depõe contra o curso de biblioteconomia como formador de profissionais conscientes acerca da responsabilidade socioambiental e da qualidade de vida. O quadro 2 lista as 12 universidades que apresentaram conteúdos em meio ambiente no currículo.

Quadro 2 – Universidades com componentes curriculares em meio ambiente.

Região	Universidade		Site do curso
Nordeste	UFAL	Universidade Federal do Alagoas	http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/biblioteconomia
	UFC	Universidade Federal do Ceará	http://www.biblioteconomia.ufc.br/
	UFCA	Universidade Federal do Cariri	https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/biblioteconomia
	UFPE	Universidade Federal do Pernambuco	https://www.ufpe.br/biblioteconomia-bacharelado-cac
	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000006&nivel=G
Centro-Oeste	UFG	Universidade Federal do Goiás	https://biblioteconomia.fic.ufg.br/
Sul	FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	http://biblioteconomia.furg.br/
	UFPR	Universidade Federal do Paraná	http://www.sociaisaplicadas.ufpr.br/portal/deci/decigi/
	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=304
Sudeste	UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	http://www.bci.ufscar.br/-1
	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb
	USP-ECA	Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes	http://www3.eca.usp.br/ccex/biblioteconomia

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A pesquisa tem por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental que prevê a inclusão da EA na formulação de projetos pedagógicos das instituições de ensino como integrante do currículo. A lei diz que a EA deve ser uma prática educativa integrada e interdisciplinar e que as IES devem promovê-la no ensino, pesquisa ou extensão, ou seja, “abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas” (BRASIL, 2012, p. 4). A resolução afirma, ainda, que a proposta curricular é constitutiva do PPC e que inclusão da EA nos currículos da Educação Superior pode ocorrer das seguintes formas:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia estabelecida pela Resolução nº 019 do Conselho Nacional de Educação em 2002, propõe como perfil do

bibliotecário formado, que este profissional deve estar preparado para refletir criticamente sobre a realidade que o envolve e, ainda, recomenda que os Projetos Pedagógicos de Curso de cada instituição tenham perspectiva humanística conferindo, assim, aos conteúdos curriculares sentido social e cultural. Para isso sugere as modalidades de como pode ser feita essa formulação de conteúdos com a parceria com outros cursos para: ministrar matérias comuns; promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira; ampliar o núcleo de formação básica e complementar conhecimentos auferidos em outras áreas. (BRASIL, 2001, p. 33).

Com base nas resoluções citadas acima, os Projetos Pedagógicos dos cursos das universidades pesquisadas foram analisados para verificar se incluíram a educação ambiental da forma como propõe DCN para a EA e, se contemplam algumas das modalidades de formulação de conteúdos propostas pelas DCN para Biblioteconomia.

5.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ALAGOAS (UFAL)

No PPC de Biblioteconomia da UFAL o bibliotecário em sua atuação profissional:

[...] compreendida a partir e uma reflexão crítica do valor social, econômico, político e cultural do ambiente de geração e disseminação do conhecimento, tem como referência a democratização do acesso aos recursos informacionais como meio de assegurar o exercício da cidadania. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ALAGOAS..., 2017, p. 14-16).

O documento orienta que há a necessidade de contextualizar as atividades de informação, formando um profissional para atuar com compromisso social, visando à democratização da informação para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social e econômico.

O Núcleo Docente Estruturante de biblioteconomia da UFAL cuja finalidade é consultiva e propositiva em matéria didático-pedagógica tem como uma de suas atribuições “incentivar o incremento e a manutenção de conteúdos e práticas didático-pedagógicas no campo da educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnico-raciais, bem como a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ALAGOAS..., 2017, p. 26).

A UFAL evidencia, em seu PPC, a educação ambiental como importante e descreve que oferta em sua matriz curricular, disciplinas eletivas promovendo o conhecimento do discente sobre as questões ambientais. Porém, na análise do currículo e ementa das disciplinas obrigatórias ou optativas (eletivas) ofertadas, nenhuma contempla o conteúdo ambiental. Todavia, há um projeto de extensão em educação ambiental denominado: *ReConstruindo*

ecologias cognitivas: ações de informação e inclusão social na Comunidade Pontal da Barra, Maceió-AL, conforme apresentado no quadro 3.

A UFAL por desenvolver projeto de extensão em educação ambiental, corrobora para a formação do bibliotecário preocupado com o desenvolvimento social e com o exercício da cidadania.

Quadro 3- Disciplinas UFAL

Projeto de Extensão	Carga Horária	Caráter	Descrição
(Re)Construindo ecologias cognitivas: ações de informação e inclusão social na Comunidade Pontal da Barra, Maceió-AL.	30 horas	Atividade Complementar	As práticas e ações de informação podem se configurar como elementos de conscientização e inclusão social. Para tanto, busca-se desenvolver ações de informação na comunidade Pontal da Barra, visando a (re)construção de ecologias cognitivas. E, nesse sentido, objetiva-se especificamente: promover acesso à informação para os sujeitos participantes dos movimentos associativos localizados no Bairro Pontal da Barra, Maceió-AL; incentivar os sujeitos participantes a desenvolver a prática da pesquisa e da leitura; e contribuir com o desenvolvimento de posturas conscientes e emancipatórias. O projeto atenderá aproximadamente 50 (cinquenta) sujeitos. Adotar-se-á uma metodologia cooperativa entre os sujeitos/movimentos citados e a Equipe do Projeto. Ademais, serão consideradas as particularidades da comunidade Pontal da Barra, norteadas pelas necessidades e projetos específicos. A realização de todas atividades será fundamenta por uma ótica participativa, buscando o desenvolvimento de redes associativas de comportamento e de construção de conhecimento.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

5.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

A UFC apresenta o perfil do bibliotecário acentuado não somente no domínio de tecnologias, mas, também na compreensão da diversidade da sociedade, buscando além de habilidades e competências técnicas, habilidades pedagógicas e a compreensão do valor da informação em âmbito social, político, econômico e cultural. Dessa forma, a UFC considera que “o bibliotecário é um profissional da informação qualificado para interagir no processo de transferência de informação, da geração ao uso, dos registros do conhecimento e participar da interpretação crítica da realidade social” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ..., 2004, p. 12).

O PPC, elaborado em 2004, não faz nenhuma referência a educação ambiental na ensino, pesquisa ou extensão. Porém, em sua matriz curricular de 2016, há 2 disciplinas optativas em educação ambiental. A disciplina *Informação, Meio ambiente e Desenvolvimento* (Cód. HJ0049) ofertada pelo Departamento de Ciência da Informação, não tem ementa disponível, mas no sistema de matrículas da UFC, encontra-se ativa e é sugerida a ser cursada no 8º período.

A disciplina de *Educação Ambiental* (Cód. PRG0003) ofertada pelo Pró-Reitoria da Graduação cuja responsabilidade é discutir os currículos dos cursos, adaptá-los e melhorá-los com o auxílio dos departamentos e seus respectivos NDE. A disciplina foi incluída pela Portaria nº21, de 03 de junho de 2013, que determina a inclusão dos eixos temáticos em educação ambiental, relações étnico-raciais e africanidades e educação em direitos humanos, como componentes curriculares nos PPC dos cursos de graduação da UFC.

As disciplinas oferecidas relacionadas à educação ambiental encontram-se no quadro 4.

Quadro 4 – Disciplinas UFC

Disciplinas	Carga Horária	Caráter	Ementa
Informação, meio ambiente e desenvolvimento	64 horas	Optativa	Não Informado
Educação ambiental	64 horas	Optativa	Educação Ambiental, conceitos e metodologias na pesquisa e no ensino. Princípios da Educação Ambiental. Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação Ambiental. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; A Agenda XXI; A Carta da Terra e outros marcos legais da EA. Educação Ambiental e sua Contextualização (Urbana e Rural). Paradigmas Epistemo-educativos Emergentes e a Dimensão Ambiental. Educação Ambiental: uma abordagem crítica. Educação Ambiental Dialógica e a Práxis em Educação Ambiental.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Constatou-se que a realidade observada no currículo da UFC está de acordo com o perfil profissional proposto pelo curso, pois apresenta duas disciplinas de caráter eletivo como espaço para discutir o tema da EA. O curso reforça o caráter social da Biblioteconomia, principalmente no que tange à participação do bibliotecário na interpretação crítica da realidade social, pois a disciplina de EA contribui para que de fato se conheça a realidade que o cerca e, com certeza, impacta positivamente, na mudança de comportamento diante do debate que a disciplina propõe.

5.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

A UFCA destaca como perfil do bibliotecário:

[...] a necessidade do profissional da informação manter-se atualizado sobre a realidade social, como forma de tornar-se proativo, capaz de identificar problemas e demandas informacionais gerais e específicas, bem como de aplicar os seus conhecimentos e habilidades técnicas para atendê-las e solucionar disfunções, como forma de contribuir para a boa convivência social e para o exercício da cidadania. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI..., 2006, p. 6).

Dos objetivos destacam-se: proporcionar a participação político-social levando em consideração os direitos e deveres do cidadão, a fim de que possa exercer, dignamente, a sua cidadania; e propiciar o aperfeiçoamento cultural dos profissionais para um melhor entendimento dos paradoxos da sociedade em que vivem, visando uma maior atuação profissional.

O PPC elaborado em 2006, não menciona como a educação ambiental está incluída no ensino, pesquisa e extensão. Porém, ao analisar o currículo observam-se duas disciplinas de caráter eletivo que, são ofertadas pela UFC. Estas disciplinas foram inicialmente ofertadas pela UFC, em caráter emergencial quando o curso tinha acabado de ser criado no Campus da Região de Cariri (UFCA) , pela Resolução n.01/CEPE de 2006. Atualmente ainda são ofertadas disciplinas da UFC para alunos da UFCA conforme registrado no quadro 5. Como a UFCA é um campus da UFC, a disciplina de educação ambiental foi incluída pela mesma portaria nº 21 de 03 de junho de 2013.

Quadro 5 – Disciplinas UFCA

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Informação, meio ambiente e desenvolvimento	64 horas	Optativa	Não Informado
Educação ambiental	64 horas	Optativa	Educação Ambiental, conceitos e metodologias na pesquisa e no ensino. Princípios da Educação Ambiental. Fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação Ambiental. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; A Agenda XXI; A Carta da Terra e outros marcos legais da EA. Educação Ambiental e sua Contextualização (Urbana e Rural). Paradigmas Epistemo-educativos Emergentes e a Dimensão Ambiental. Educação Ambiental: uma abordagem crítica. Educação Ambiental Dialógica e a Práxis em Educação Ambiental.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A UFCA, sendo um campus da UFC na Região Cariri, tem a mesma abordagem curricular na disponibilização das disciplinas de educação ambiental da UFC. A UFCA tendo como perfil bibliotecário um profissional que pode contribuir para a boa convivência social e para o exercício da cidadania, ao dispor no currículo tais disciplinas, dá espaço para um debate que trará impactos transformadores na compreensão da realidade social dos futuros profissionais da informação.

5.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO (UFPE)

O perfil do bibliotecário é de um profissional que saiba, criticamente interagir com o processo de transferência da informação, da geração ao uso, participando na transformação do seu contexto social, reforçando seu papel interveniente de gestor, técnico, pesquisador e prestador de serviço, orientando o exercício da profissão para a cidadania e solidariedade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO..., p. 15)

O PPC orienta que não se pode perder a dimensão social da profissão e o compromisso com a atuação transformadora. Dessa forma, a reflexão e a ação crítica contribuem para que o bibliotecário reconheça o caráter democrático e qualitativo do seu trabalho – para todas as pessoas – e a possibilidade de promover mudanças no ambiente que atua.

A proposta curricular do PPC é de 2011 e se fundamenta na perspectiva social, econômica e cultural que envolvem a profissão, de forma que os egressos possam ser elementos transformadores da realidade social vigente. O currículo compõe conhecimentos básicos para a formação técnico-profissional, conhecimentos gerais para a formação humanística, ética e sócio-política e conhecimentos específicos para tratamento e recuperação informacional. Se organiza em ciclo básico e profissional por meio de disciplinas obrigatórias e eletivas (optativas).

A disciplina de EA é eletiva e ofertada pelo Departamento de Ciência da Informação da UFPE de acordo com PPC, encontra-se no ciclo profissional na estrutura curricular. Em pesquisa e extensão não há grupos de pesquisa ou ações extensionistas em educação ambiental.

No quadro 6 as disciplinas relacionadas à educação ambiental da UFPE.

Quadro 6 – Disciplinas da UFPE

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Informação e meio ambiente	30 horas	Optativa (Eletiva)	Necessidades, Fluxos E Sistemas Informacionais na Gestão da Informação Ambiental. Legislação e Políticas Públicas para o Meio Ambiente. Educação Ambiental e Informação.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quando a UFPE afirma que os seus futuros bibliotecários poderão ser elementos transformadores da realidade social vigente, se compromete a acrescentar no curso os debates acerca das questões atuais e relevantes para a sociedade, no que tange a preocupação com a qualidade de vida e sustentabilidade. A disciplina oferecida, de acordo com a proposta da ementa, é precária para a temática ambiental pois desconsidera a discussão do meio ambiente nas perspectivas social, política, econômica e educacional conforme define as Diretrizes. Em contrapartida, relaciona a educação ambiental e a informação que é o insumo de trabalho do bibliotecário.

5.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

De acordo com o PPC, o bibliotecário ao se formar na UFRN está apto a acompanhar e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico por meio de ações diversas, participar do processo educacional do indivíduo enquanto cidadão, além de estar capacitado a agir, de forma reflexiva e crítica, atento ao compromisso social inerente à profissão e reafirma que a formação do bibliotecário se pautem em conteúdos multi e interdisciplinares, ao qual este profissional seja capaz de promover a interação social por meio das práticas interdisciplinares. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE..., 2018).

Acerca da organização curricular, a proposta do PPC é que o aluno complemente sua formação com disciplinas optativas e eletivas de caráter transversal que formarão um profissional comprometido com a profissão e a sociedade.

A inclusão da EA nos currículos da UFRN foi previsto nas Diretrizes para Elaboração de Políticas de Qualidade Ambiental, em 15 de dezembro de 2000 elaborado pelo GT Para Ações Ambientais e Educação Ambiental da UFRN. No item 2.2 sobre o Ensino, Pesquisa e Extensão as diretrizes apontam a inclusão da temática ambiental em todos os currículos

existentes na instituição e, ainda afirma que a extensão deverá atuar como instrumento de soluções ambientais na comunidade e a pesquisa deve buscar promover a qualidade de vida. Não há práticas extensionistas e nem grupos de pesquisa em biblioteconomia voltados para a educação ambiental, porém no currículo existe a disciplina de *Educação Ambiental*, de caráter optativo, e ofertada pelo Departamento de Geografia, cujo conteúdo encontra-se no quadro 7.

Quadro 7 – Disciplinas UFRN

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Educação ambiental	60 horas	Optativa	1. Conceitos de educação ambiental. 2. Educação ambiental em geografia e sua interação com outras disciplinas.. 3. Legislação ambiental e sua interação no momento político vigente. 4. Responsabilidade civil na observância de atividades ambientais equilibradas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A instituição incluiu a disciplina de EA antes mesmo das DCN para EA serem elaboradas pelo CNE, o que indica o comprometimento real da universidade com a questão ambiental. A UFRN afirma que o profissional da informação, ao se formar, seja capaz de promover a interação social por meio das práticas interdisciplinares e vai além quando afirma que o profissional será capaz de participar do processo educacional do indivíduo enquanto cidadão. A disciplina de EA, mesmo optativa, oferece aos docentes a visão integrada das questões inerentes ao meio ambiente, corroborando para uma visão panorâmica dos problemas reais que a sociedade atual enfrenta e dando aos seus egressos a oportunidade de conhecer, de fato, os instrumentos legais e as suas responsabilidades no processo de preservação ambiental.

5.6 UNIVESIDADE FEDERAL DO GOIÁS (UFG)

A UFG considera que além do domínio técnico, é essencial que os profissionais da informação estejam “preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta”. (UNIVERSIDADE DO GOIÁS..., 2016).

Dentre os princípios norteadores do curso na UFG, a formação ética e função social do profissional são ressaltadas no PPC, quando evidencia que a atuação cidadã do bibliotecário, a partir dos valores de justiça e responsabilidade social, gerando assim “o respeito pela legislação vigente, pelo meio ambiente, pelos direitos individuais e coletivos e também, pelas diferenças culturais, políticas e religiosas.” (UNIVERSIDADE DO GOIÁS..., 2016, p. 13).

Para isso, a estrutura curricular do curso de biblioteconomia da UFG passou por muitas mudanças e a última, em 2004, desenvolveu duas ênfases de formação específicas: "Informação Educacional e Social" e "Informação científica, tecnológica e industrial", sendo que o estudante poderia optar por uma ou cursar as duas. As disciplinas são divididas em eixos temáticos – fundamentos, administrativo, metodológico, técnico e tecnológico - que compõem os núcleos comum e específico (obrigatória e optativa) e livre.

A respeito da inclusão da educação ambiental como componente curricular, o PPC não apresenta informações sobre a existência de projetos de extensão ou grupos de pesquisa sobre o assunto. Porém, no currículo estabelece uma relação direta com a temática na perspectiva transversal das disciplinas do Núcleo Comum e Núcleo Livre. A disciplina ofertada para os alunos de biblioteconomia é do próprio departamento pertencente ao Núcleo Específico Optativo em formato de Tópicos Contemporâneos em Informação Social, Cultural e Educacional e um dos tópicos é Cultura Informacional e Meio Ambiente. Além dessas, há também disciplinas de educação ambiental, de Núcleo Livre como: *Água e sustentabilidade* ofertada pelo Instituto de Patologia Tropical, *Introdução à ciências ambientais* ofertada pela Escola de Engenharia Civil e Ambiental e *Tópicos especiais em educação ambiental: Cerrado* ofertada pela Faculdade de Educação. As disciplinas de Núcleo Livre podem ser cursadas a critério do estudante como exibido no quadro 8.

Quadro 8 – Disciplinas UFG

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Tópicos Contemporâneos em informação social, cultura e educacional	64 horas	Optativa	Cultura informacional e meio ambiente
Água e sustentabilidade	64 horas	Livre	Informações básicas sobre o uso racional da água, sua qualidade, mananciais disponíveis, preservação, abastecimento e desenvolvimento, meios de proteção e os efeitos da poluição do meio ambiente.

			Conhecimentos com vista à prevenção de doenças de veiculação hídrica, como a cólera, tifo, protozooses, helmintíases e partículas nocivas à saúde; e também, como mecanismo de prevenção de doenças e promoção de saúde. Consciência sobre a necessidade de se conservar a água no planeta, racionalidade do uso, impactos na economia e na saúde. Importância da água como essência da vida, bem como na produção de alimentos e nas atividades humanas. Promoção do consumo sustentável e a responsabilidade sobre o desperdício e poluição.
Introdução às ciências ambientais	64 horas	Livre	Problemas ambientais atuais. População, recursos, degradação ambiental e poluição. Matéria, energia e ambiente. Noções gerais de ecologia. Meio ambiente e doenças. Impactos ambientais decorrentes das atividades humanas. Poluição: aspectos gerais. O exercício das diversas profissões e a sustentabilidade ambiental.
Tópicos especiais em educação ambiental: Cerrado	64 horas	Livre	Conceitos e caracterização do cerrado do centro-oeste: clima, solo, flora e fauna. Problemas decorrentes das ações antrópicas e da ocupação humana do bioma cerrado. Perspectivas de preservação deste bioma.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Ao mencionar a atuação cidadã do bibliotecário a partir dos valores de responsabilidade social, a UFG afirma o importante papel do profissional da informação como agente social para a construção da consciência cidadã dos indivíduos. Lembrando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental compreende que a educação

para a cidadania é uma dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.

A partir das ementas das disciplinas observa-se que o conteúdo contempla problemas ambientais atuais e, promove também, mudanças comportamentais diante de tais problemas, atentando-se para a responsabilidade no enfrentamento das principais dificuldades para a promoção da sustentabilidade. Dentre as universidades, a UFG mostrou-se mais engajada na interdisciplinaridade de conteúdos de base ambiental por ofertar disciplinas de diversos departamentos, além de propor uma perspectiva panorâmica da questão ambiental, abordando-a de forma integrada a outras questões. O esforço de incluir a disciplina em tópicos especificamente para o curso de biblioteconomia também implica positivamente a gestão acadêmica como formadora de profissionais de consciência cidadã.

5.7 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE RIO GRANDE (FURG)

A FURG compreende como missão formar bibliotecários “com uma visão crítica da sociedade, capacitando-os para a gestão da informação cultural, científica e técnica, registrada em múltiplos suportes, conscientes do compromisso ético da profissão com o primado do livre acesso aos registros do conhecimento”. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE RIO GRANDE..., 2015, p.10)

O PPC, elaborado em 2015, destaca alguns princípios norteadores do currículo do curso de biblioteconomia na FURG, dentre eles o princípio da intencionalidade e o da flexibilidade. A intencionalidade propõe aos estudantes a visão de mundo que orienta e sustenta sua formação cultural e profissional e a flexibilidade se concebe a uma estrutura moldável às constantes transformações ambientais e culturais da sociedade. Portanto, a profissão precisa de “reinvenção recorrente, imposição inelutável face à crescente velocidade e brevidade dos ciclos de obsolescência e inovação, tão característicos da contemporaneidade” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE RIO GRANDE..., 2015, p. 6).

A abordagem da temática ambiental no currículo de biblioteconomia da FURG é efetivada com a disciplina *Princípios de Ecologia*, que faz parte das disciplinas da área de Formação Geral e Instrumentais e, é de caráter optativo, ofertada pelo Instituto de Ciências Biológicas. A disciplina *Informação e Meio Ambiente* que é optativa e pertence a área de Recursos e Serviços de Informação é ofertada pelo Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Na extensão e pesquisa não há atividades relacionadas a educação ambiental no âmbito da biblioteconomia.

O quadro 9 apresenta a ementa das disciplinas respectivamente:

Quadro 9 – Disciplinas FURG

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Princípios da ecologia	30 horas	Optativa	Conceitos básicos em ecologia. Caracterização básica da Biosfera: aspectos evolutivos e estruturais. A hipótese Gaia. Ecossistemas: organização e dinâmica. A pressão antropogênica no meio: aspectos sociais e econômicos. Impactos antrópicos globais: causas e consequências. Sustentabilidade. Caracterização geral da estrutura de política e controle ambiental no Brasil
Informação em meio ambiente	30 horas	Optativa	Mostrar os diversos graus de inter-relações entre os diversos ecossistemas. Fundamentar o bibliotecário para uma visão integrada do meio ambiente através de referencial teórica na área, estimulando ações com enfoque a questões ambientais locais. Relacionar os conhecimentos de Biblioteconomia nas unidades em que se desenvolverá a disciplina. Destacar o importante papel do profissional da informação como educador para uma ecologia consciente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quando a FURG afirma que a flexibilidade curricular tem como objetivo tornar-se moldável diante das transformações ambientais e culturais, garante que o currículo leva em consideração a educação firmada em aspectos além da formação técnica. Caracteriza-se pela busca de formar indivíduos aptos a compreender a razão de sua atividade no âmbito de processos culturais e ambientais, pela inclusão de valores e posturas indispensáveis a qualquer cidadão.

A ementa da disciplina *Informação em meio ambiente* apresenta o seguinte conteúdo que é importante para este estudo: “Destacar o importante papel do profissional da informação como educador para uma ecologia consciente”. Ao afirmar que o bibliotecário tem um papel importante como educador ambiental, a FURG representa uma universidade comprometida com o preparo do bibliotecário socioambiental cujo papel social está inerente em sua formação profissional.

5.8 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

O perfil almejado na formação de bacharéis em Gestão da Informação pela UFPR é:

[...] um profissional com visão socioeconômica para fomentar, gerar, coletar, tratar e disseminar a informação, de forma responsável e sustentável, respeitando todas as instâncias da sociedade organizada e colaborando com a construção do saber individual e coletivo, no seu ambiente de atuação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ..., 2013, p. 30).

A respeito do currículo de Gestão da Informação (GI), a proposta de reformulação curricular exposta no PPC desenvolvido em 2013, tinha como um dos fatores a necessidade de incluir conteúdos voltados ao atendimento de exigências nacionais como o ensino de aspectos voltados a cidadania como cultura, ética e meio ambiente.

A Portaria nº 280 do PROGRAD, em 13 de dezembro de 2017, aprovou um ajuste curricular no curso de GI que incluía disciplinas obrigatórias e optativas em determinados eixos. Como disciplina optativa no eixo de administração foi incluído: *Tópicos em Cidadania e Sustentabilidade na Gestão*. Entretanto, ao avaliar as ementas das disciplinas já existentes no currículo, a disciplina *Informação e Sociedade* ofertada pelo Departamento de Ciência e Gestão da Informação contempla a temática ambiental de forma a atender as DCN para EA, conforme especificado no quadro 10.

Há um projeto de extensão denominado SuGestão, iniciado em 2009, com último evento realizado em 2017. Esse projeto tem como principais objetivos debater temas relevantes da informação para a educação, cidadania e sustentabilidade no âmbito da ciência, da inovação e da tecnologia aproximando pesquisadores – e seus projetos – à cidadãos comuns além de debater temas atuais que tem repercussão com a vida urbana. Dessa forma, propõe que a comunidade científica e cidadãos apresentem ideais e produtos capazes de serem disseminados e uteis em ambientes corporativo, social e educacional.

Como público alvo, além de discentes, docentes, funcionários técnicos administrativos da UFPR, são convidados também outras IES nacionais, além da comunidade local, entretanto, por ter caráter interdisciplinar, atrai a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, em especial, educadores, gestores públicos, arquitetos, urbanistas, engenheiros de todas as áreas do conhecimento, ecologistas e ativistas sociais.

O referido projeto desenvolveu a I Jornada de Gestão da Informação realizada em 2009 que tinha como tema “A Gestão da Informação para o Desenvolvimento Sustentável”. Na II Jornada realizada em 2011, foram ofertados dois cursos além de palestras, workshops.

Na III Jornada em 2013, teve atividades no campus e o tema de debate foram as questões relacionadas “Gestão da Informação: Governança Sustentável da Informação”. Em 2017, a IV Jornada debate temas sobre a informação para educação, cidadania e sustentabilidade no âmbito da Ciência, da Inovação e da Tecnologia.

Projeto de extensão, segundo a Resolução 70/04-CEPE/UFPR integraliza como Atividade Formativa Complementar até 30 horas por semestre.

Quadro 10 – Disciplinas UFPR

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Informação e sociedade	30 horas	Obrigatória	Informação e suas relações de cidadania: culturais, étnicas, raciais, políticas e ambientais da sociedade. As questões do multiculturalismo, direitos humanos e a sustentabilidade para os profissionais da informação.
Tópicos em Gestão da Informação	60 horas	Optativa	Estudos de tópicos e projetos emergentes, ética profissional, sustentabilidade e responsabilidade social em Gestão da Informação
Tópicos em cidadania e sustentabilidade na gestão	60 horas	Optativa	Ainda sem ementa.
Projeto de extensão	Ate 30 horas	Optativa	IV Jornada de Gestão da Informação – SuGestão 2017

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O projeto pedagógico de curso ao tratar da questão relacionada aos conteúdos curriculares e ao perfil almejado quanto aos bibliotecários em formação, propôs a criação de disciplinas voltadas à cidadania, dentre elas, disciplinas com viés ambiental. Em termos de comprometimento e engajamento em educação ambiental, a UFPR evidencia a importância da informação para a sustentabilidade com o projeto de extensão SuGestão, dando espaço para o bibliotecário debater um assunto de grande importância, como a preservação do meio ambiente. Apresenta disciplina que aborda a EA transversalmente e é de caráter obrigatório e, ainda, conta com um projeto de extensão voltado para a sustentabilidade.

5.9 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

A UFRGS considera como missão formar bibliotecários “que possuam conhecimentos teóricos e técnicos que possibilitem uma atuação profissional ética, crítica e comprometida com o interesse público, produzindo e socializando informações que permitam o pleno exercício da cidadania”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL..., 2012, p.18).

O PPC de biblioteconomia da UFRGS, desenvolvido em 2012, pouco aborda a questão ambiental na biblioteconomia. Porém, o PDI da instituição enfatiza que está consciente de seu papel para formação de lideranças culturais, intelectuais, sociais, científicas e profissionais competentes, sensíveis voltados para a preservação ambiental sustentável e acrescenta que para se formar pessoas com consciência ética e que trabalhem para uma realidade social e econômica sustentável é necessário uma formação superior com excelência.

Adotando as DCN para EA a UFRGS oferece disciplinas de conteúdo ambiental para alunos de biblioteconomia: *Introdução a Ecologia*, optativa e ofertada pelo Departamento de Biologia e; *Cultura, cidadania e ambiente*, optativa e ofertada pelo Departamento de Biblioteconomia conforme detalhado no quadro 11. Em pesquisa e extensão não há nenhuma atividade relacionada a educação ambiental em âmbito da biblioteconomia.

Quadro 11 – Disciplinas UFRGS

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Introdução a ecologia	30 horas	Optativa	Conceitos fundamentais da ecologia. Populações, comunidades, ecossistemas. Ciclos biogeoquímicos. Caracterização dos ecossistemas terrestres e aquáticos. O ambiente antrópico. Sistema urbano e agro-ecossistemas. Poluição.
Cultura, cidadania e ambiente	60 horas	Optativa	Cultura e cidadania. Participação social e práticas de cidadania. Cultura, consumo e sustentabilidade. Cultura e responsabilidade socioambiental. Consciência ecológica, ambiente e a ética do cuidado. Práticas culturais, educação ambiental e ecocidadania.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A UFRGS se compromete com a formação do bibliotecário para exercício da cidadania e para isso oferta duas disciplinas de caráter optativo em educação ambiental. A disciplina desenvolvida pelo Departamento de Biblioteconomia corrobora, de forma eficaz, para a construção de valores e também na mudança comportamental dos indivíduos justamente por tratar a educação ambiental atrelada a concepções culturais, políticas, éticas e práticas.

5.10 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)

O perfil estabelecido para o egresso de biblioteconomia da UFSCar é de um profissional:

[...] dotado de visão interdisciplinar, capaz de contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da sociedade, como cidadão partícipe e comprometido com a construção de uma sociedade justa, equilibrada e auto-sustentável. [...] Ao mesmo tempo devem refletir criticamente e criativamente sobre sua atuação profissional e a realidade em que está envolvido, considerando os princípios éticos de conduta que norteiam a sua profissão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS..., 2012, p. 19).

O Curso de BCI da UFSCar optou em privilegiar a formação do bibliotecário de acordo com o contexto regional que é industrial e de elevado número de universidades por meio da oferta de ênfases. A partir de um conjunto de quatro subáreas de ênfase, é possível que se opte por mesclar a aquisição de todos os seus conteúdos que estão distribuídos em: a) informação, ciência e sociedade, b) informação, cultura e discurso, c) informação e inovação tecnológica, d) informação empresarial. O quadro 12 indica as disciplinas de cada subárea das Ênfases:

Quadro 12: Conteúdo Curricular das Ênfases da UFSCar

Ênfases	Informação, Ciência e Sociedade	Conhecimento científico e produção científica	Obrigatória
		Estudos sociais da ciência e tecnologia	Obrigatória
		Informação e movimentos sociais	Optativa
	Informação, Cultura e Discurso	Discurso, história e memória	Obrigatória
		Análise das práticas culturais e discursivas	Obrigatória
		Linguagens, cultura e discurso.	Optativa
	Informação e Inovação Tecnológica	Informação para negócios sustentáveis	Obrigatória
		Transferência e comercialização da tecnologia	Obrigatória
		Educação, ciência e tecnologias indígenas	Optativa
	Informação empresarial	Gerenciamento da informação e o conhecimento nos processos empresariais	Obrigatória
		Informação para a competitividade empresarial	Obrigatória
		Gestão de Projetos em Unidades de Informação	Optativa

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UFSCar. (Grifo Nosso).

Algumas disciplinas de Ênfases são obrigatórias, pois para a integralização curricular é requerido o cumprimento de duas ênfases, com opção dentre as oferecidas, feita pelo aluno. As de caráter optativo são para atender a interesses particulares dos estudantes, sendo assim, apenas disciplinas sugeridas.

Quanto à temática ambiental no âmbito do curso de BCI, o atendimento às DCN para EA: “incluir nos currículos conceitos e práticas voltadas para o meio ambiente” é notada no currículo. Destaca-se a oferta das disciplinas: *Informação para negócios sustentáveis* de caráter obrigatório e *Gestão de Projetos em Unidades de Informação* de caráter optativo ambas ofertadas pelo Departamento de Ciência da Informação. No quadro 13 com as ementas das disciplinas de educação ambiental são apresentadas.

Quadro 13 – Disciplinas UFSCar

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementas
Informação para negócios sustentáveis	60 horas	Obrigatória	Análise dos conflitos socioambientais relacionados aos processos de inovação tecnológica e seus diferentes mecanismos de disseminação, proteção e uso, objetivando a construção de uma sociedade sustentável pelo uso de Tecnologias para o desenvolvimento social, conhecimento tradicional e transmissão oral do conhecimento, direito autoral e o direito de acesso à informação e ao conhecimento; autoria coletiva e novas formas de criação de conteúdos, informação jornalística, divulgação da ciência e da tecnologia pela mídia.
Gestão de Projetos em Unidades de Informação	60 horas	Optativa	Introdução ao ambiente de projetos. Planejamento, análise e execução de projetos de desenvolvimento de produtos e serviços de informação. Uso adequado de recursos informacionais, computacionais, humanos, financeiros, etc. na gestão de projetos. Administração de pessoas e o fator humano. Conceitos básicos de ética, qualidade, cidadania e sustentabilidade no contexto de gestão de projetos. Estudo de casos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O projeto pedagógico do curso de biblioteconomia e ciência da informação da UFSCar compreende o papel social do bibliotecário quando afirma que “por princípio e por ética, a atuação da Biblioteconomia possui forte caráter social, voltada ao crescimento do indivíduo, enquanto ser psicológico e social, abrindo-lhe alternativas e oportunidades de estudo, pesquisa, lazer e prática de cidadania”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS..., 2012, p. 13). Completando essa abordagem, a UFSCar considera que os bacharéis em biblioteconomia sejam equipados de visão interdisciplinar contribuindo para a sociedade como cidadãos comprometidos com uma sociedade autossustentável.

Atribuindo ao profissional tal valor, a educação ambiental como componente curricular mostra-se em desacordo com o perfil proposto pelo curso, pois as disciplinas

pontuam superficialmente o conteúdo ambiental sem detalhar assuntos importantes dentro da questão ambiental. Ao se propor a formação de bibliotecários comprometidos com uma sociedade autossustentável, é necessário que este profissional adquira os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente como prevê as DCN para EA.

5.11 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

O Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO tem por objetivo formar:

[...] profissionais aptos a atuar como agentes engajados nos processos sociais, culturais, educacionais e de democratização da informação; capazes de contribuir para o progresso das pesquisas em ciência e tecnologia para o desenvolvimento social e econômico do país e de dar suporte informacional a empresas e organizações no contexto globalizado. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..., 2010, p. 50).

O PPC, proposto em 2010, já incluía a ideia de formação profissional atrelada a compreensão do ambiente natural e cultural de sua preservação, visando formar bibliotecários não só pelo conhecimento atualizado da área de Biblioteconomia e de seus instrumentos de trabalho, mas profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da sociedade entendendo o homem como parte do todo.

A partir da Resolução nº 4.244, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre a inclusão de diversas disciplinas de caráter ético, cultural e ambiental no cursos de graduação da UNIRIO, o currículo de biblioteconomia passa a ofertar a disciplina *Educação Ambiental e Cidadania* para os discentes do curso. Em pesquisa e extensão não há atividades de educação ambiental no âmbito da biblioteconomia. O quadro 14 apresenta a carga horaria e a ementa da disciplina.

Quadro 14 – Disciplinas UNIRIO

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Educação ambiental e cidadania	45 horas	Optativa	Estudo de questões educacionais relativas ao meio ambiente, considerando a inter-relação homem-natureza, especificamente no que se refere ao ambiente de vida das pessoas, dentro de uma abordagem inter e multidisciplinar dos aspectos: político, ético, econômico, social, ecológico, evolutivo, histórico, cultural, etc.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A UNIRIO propõe uma formação alinhada ao caráter social e humanístico da profissão tendo em vista o exercício da cidadania e a compreensão do ambiente natural e cultural que se insere. A disciplina foi incluída para cumprir as DCN para EA e está de acordo com a visão da UNIRIO para com a formação do profissional da informação, pois o conteúdo da disciplina contempla as informações necessárias para desenvolver a consciência ecológica e sustentável no estudante, além de abordar, de forma interdisciplinar, como prevê as DCN para EA.

5.12 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES (USP-ECA)

Espera-se do egresso em biblioteconomia da ECA/USP:

[...] capacidade para desenvolver competências informacionais que permitam que ele participe ativamente na construção da sociedade de maneira reflexiva e crítica. Espera-se ainda que o egresso procure constantemente seu aperfeiçoamento profissional, comprometendo-se com o desenvolvimento científico e tecnológico de maneira a agir com proficiência, criatividade e ética no enfrentamento das dificuldades em suas práticas profissionais.” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO..., 2016, p. 5).

O PPC, implementado em 2016, não aborda a educação ambiental. Porém, contém informações pertinentes à formação do bibliotecário voltada para as preocupações acerca do seu papel social, como um dos objetivos da USP na formação de bibliotecário que pretende “estimular a formação de futuros docentes e pesquisadores nos domínios da informação, educação e comunicação, que constituem áreas de atuação naturais para o bibliotecário”.

O currículo contempla uma disciplina em educação ambiental, de caráter optativo, e ofertada pelo Departamento de Informação e Cultura como descrito no quadro 15 ao qual o

curso de Biblioteconomia está inserido e em extensão e pesquisa não há nada relacionado a educação ambiental.

Quadro 15 – Disciplinas USP-ECA

Disciplina	Carga Horária	Caráter	Ementa
Informação, meio ambiente e sustentabilidade	30 horas	Optativa	Compreender a evolução das questões ambientais e as necessidades informacionais das pessoas e organizações para a solução de seus problemas socioambientais. Abordar perspectivas históricas das questões ambientais e a cultura do desperdício. Verificar aspectos relacionados à origem e evolução da preocupação ambiental. Os conceitos de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental e suas implicações econômicas e ambientais. Analisar os drivers da conduta ambiental: crenças, preocupações, atitudes e comportamento ambiental. Verificar como as pessoas se apropriam das informações ambientais e as utilizam em seu dia-a-dia. Conhecer os princípios básicos da legislação ambiental e alguns dos principais acordos e diretrizes regionais e internacionais e seu impacto em diferentes países. Identificar as práticas de <i>greenwashing</i> e avaliar as informações no contexto da rotulagem e do marketing ambiental. Conhecer algumas das ações empreendidas por ONGs ambientais e pela militância ambiental, identificando sua natureza, tipologia e formas de atuação. Verificar a evidenciação das ações socioambientais pelas organizações. Os “Balanços Socioambientais” e os “Relatórios de Responsabilidade Socioambientais”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A USP-ECA, por compreender o bibliotecário como um profissional que tem como competência participar ativamente na construção da sociedade de maneira reflexiva e crítica, deve atribuir ao currículo componentes que permitam a formação de um profissional engajado a atuar ativamente na sociedade. No que se refere a temática ambiental, a universidade comprometeu-se em englobar na disciplina todas as facetas possíveis para que os estudantes de biblioteconomia compreendam, de forma integrada, a importância da educação ambiental para a atuação profissional, diante dos problemas ambientais que a sociedade vem gradativamente enfrentando.

A disciplina debate conteúdos que, segundo a Unesco (1997), estão alinhados aos objetivos reais da educação ambiental, cuja função além de informar, é modificar e transformar as atitudes dos cidadãos acerca da preservação do meio ambiente. Aborda a necessidade informacional por parte da população diante de problemas socioambientais, contempla conceitos de consumo e desperdício e alude práticas ambientais e mudanças comportamentais no contexto da informação ambiental.

6 RESULTADOS

Observa-se que inclusão da educação ambiental nos cursos de biblioteconomia ainda é incipiente devido ao caráter ainda muito tecnicista que é dado a profissão. Mesmo com a ampla discussão acerca de sustentabilidade e meio ambiente, os cursos de biblioteconomia mantêm os currículos fixos sem reconhecerem a importância do aspecto ambiental para a formação plena do bibliotecário que atua em prol da sociedade. O papel social da profissão ainda está distante da academia e é preciso evidenciar essa atribuição do bibliotecário como transformador ativo na sociedade por meio da aquisição de saberes advindos de outras áreas.

Para que o bibliotecário desenvolva atividades de cunho socioambiental, em âmbito profissional, é necessário que haja a consciência de que esta função é um dever social da profissão e não assistencialismo. Educar ambientalmente não significa exclusivamente que seja função do professor, pois, a educação ambiental se caracteriza por processos na construção de valores para a preservação do meio ambiente e qualidade de vida e o educador ambiental é o profissional envolvido com a prática de ações em educação ambiental.

Um primeiro contato para que o bibliotecário desperte sua função social e também educativa, parte da formação acadêmica por meio de componentes curriculares que contemplem conteúdos com tais características. O meio ambiente, sendo assunto importante para todo cidadão, deve fazer parte do conteúdo curricular, visto que, antes de profissional, todos os indivíduos são cidadãos.

O Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior através da Resolução CNE/CES 19, de 13 de março de 2002, assim como o Parecer CNE/CES 492/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia, descreve em uma das competências e habilidades do profissional que o bibliotecário terá capacidade de: “Responder à demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo”.

Com relação aos conteúdos curriculares do curso há a seguinte recomendação: “que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens” (BRASIL, 2001, p. 33). O que reforça a criação dos currículos do curso de Biblioteconomia a partir das necessidades e para beneficiar a sociedade. E, sendo a temática ambiental útil para toda sociedade, os currículos deverão

inserir disciplinas que venha a suprir esta lacuna na formação do Bibliotecário, pois ele está diante de situações e pessoas que necessitam deste conhecimento.

A grande maioria das disciplinas de educação ambiental ofertadas para os cursos de biblioteconomia do país são de caráter optativo, em duas das universidades analisadas – UFAL e UFPR - há ações extensionistas e em nenhuma foram observadas tem atividades de pesquisa em educação ambiental. Cinco universidades – UFC, UFCA, UFRN, UFPR e UNIRIO – incluíram as disciplinas em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, mediante a elaboração de portarias e resoluções institucionais. As demais incluíram a EA como componente curricular devido às necessidades que identificaram no processo de elaboração do Projeto Pedagógico de Curso que tem como um dos objetivos a reformulação curricular.

Dentre as universidades mais avançadas no processo de inclusão da EA no currículo de biblioteconomia estão a UFG, UFPR e a FURG que se destacam devido a recente elaboração dos projetos pedagógicos em comparação às demais universidades. A UFG se destacou pelo número de disciplinas livres que contemplam uma abordagem integrada com as questões inerentes ao meio ambiente, com ênfase na apresentação de perspectivas de preservação e atuação profissional menos impactante. Isso possibilitou que se identificasse uma participação positiva dos docentes no processo de inclusão de disciplinas que contemplem o tema ambiental

A UFPR destaca-se pelo projeto de extensão, SuGestão, cujo objetivo é debater temas relevantes da informação para a educação, cidadania e sustentabilidade, aproximando pesquisadores – e seus projetos - à cidadãos comuns. As disciplinas são focadas em abordar todas as questões relacionadas ao meio ambiente, além de transpor responsabilidades sustentáveis aos profissionais da informação envolvendo valores, interesses, visões de mundo. O debate contém uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais. Isso contribui para que se modifique a percepção que a sociedade tem em relação ao bibliotecário, como um profissional subserviente para atender a demanda de usuários. Que a sociedade passe a perceber o bibliotecário como um profissional socialmente útil. O bibliotecário pode contribuir no desenvolvimento de uma sociedade ecologicamente consciente desde que a sua formação promova a relação entre a biblioteconomia e o meio ambiente.

A FURG se destaca pelas disciplinas que ressaltam a questão ambiental a partir dos aspectos biológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais, além de realçar o papel do bibliotecário como educador ambiental na formação da consciência ecológica. Ou seja, a

FURG identifica o papel sócio educativo do bibliotecário para a construção de uma consciência eco cidadã.

Concluiu-se que as universidades mais avançadas no processo de adequação do currículo à educação ambiental são a UFPR, UFG e FURG. Já as universidades UFPE e UFSCar estão entre as que, embora ofereçam alguma disciplina, não foi possível observar uma intenção explícita no currículo de adequação e inserção da temática, uma vez que as ementas abordavam o conteúdo de forma superficial não levando em consideração aspectos sociais, políticos e econômicos que são inerentes ao debate ambiental.

Isso demonstra um movimento, ainda pequeno, a favor da biblioteconomia a respeito da inclusão do profissional da informação nas discussões dos problemas socioambientais enfrentados atualmente.

7 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho teve por objetivo identificar a inclusão da educação ambiental na formação do bibliotecário no Brasil, analisando as iniciativas curriculares seja no ensino, pesquisa ou extensão e se as propostas de EA dos projetos pedagógicos de curso atendiam à Resolução nº 02 de 15 de junho de 2012.

Como apresentado no resultado desta pesquisa, ainda há muito a ser realizado, percebe-se que a EA ocupa um lugar muito incipiente nos cursos de biblioteconomia no Brasil apesar das universidades estarem adaptando os currículos para uma perspectiva muito mais social do que era visto antigamente. O perfil social do bibliotecário tem sido considerado nas reformulações curriculares recentes, e têm dado espaço a novos saberes advindos do papel do bibliotecário na sociedade contemporânea.

Na literatura consultada, fica evidente o caráter humanístico, social e educativo do bibliotecário que desde o primeiro curso ministrado no país, o bibliotecário deve ter, ao longo de sua formação, conteúdos e práticas que lhe permita refletir e agir em questões relacionadas às transformações na sociedade em vários aspectos e na função social da informação.

Pensando nas questões sociais relacionadas à missão do bibliotecário quanto à informação prestada a comunidade na qual se insere, a literatura demonstrou que a educação ambiental é um campo importante de trabalho devido à dimensão política, educacional e social para a vida no planeta. A EA é assunto do interesse de todos e busca desenvolver conhecimentos e atitudes nas pessoas para a preservação do meio ambiente.

O bibliotecário se insere nesse campo como mediador e educador, porquanto promove a interação social por meio de práticas interdisciplinares, servindo como agente de mudança desde que, sua formação proporcione esta perspectiva a partir do ensino, pesquisa e extensão na universidade. Ressaltando que esta tem papel fundamental na construção de valores quanto às questões sociais, ambientais, políticas e econômicas para que os profissionais da informação possam adotar uma postura crítica e transformadora na sociedade.

A inclusão da educação ambiental no currículo promove um contato importante para a construção de valores visto que tenciona a mudança comportamental do indivíduo para com o meio ambiente, seja em âmbito profissional ou pessoal. A transformação ocasionada pela educação ambiental é considerada como ferramenta para a construção de políticas ambientais no país como afirma a Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e o artigo 225 da Constituição.

A partir da análise dos dados, foi possível perceber que as 12 universidades (FURG, UFAL, UFC, UFCA, UFG, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRN, UFSCar, UNIRIO, USP-ECA) que contém componentes curriculares em educação ambiental nos cursos de biblioteconomia apresentam-se de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. Denotam em seus projetos pedagógicos de curso, a relevante necessidade de formar o bibliotecário alinhado às demandas sociais e, competentes a refletir criticamente a realidade que o envolve de forma a atuar ativamente no exercício da cidadania, o que caracteriza o aspecto positivo na formação de bibliotecários de caráter social em sua relação com a natureza.

Em grande parte das ementas, os conteúdos oferecidos continham as perspectivas interdisciplinares que a educação ambiental necessita para que haja o entendimento não fragmentado da problemática ambiental. As universidades apresentaram-se engajadas no processo de inclusão da educação ambiental em todo o contexto acadêmico, e consideram na construção de seus projetos pedagógicos o aspecto social da profissão corroborando para a formação de bibliotecários proativos na transformação da sociedade.

A UFPE e a UFSCar apesar de ofertarem disciplinas com viés ambiental não adotaram uma abordagem que considerasse a interface entre a natureza, o sociocultural, a produção e o consumo que a educação ambiental de fato busca debater.

As universidades mais avançadas no processo de inclusão de EA no currículo são UFPR, UFG e FURG, visto que seus projetos pedagógicos de curso continham propostas curriculares recentes – após a criação das DCN para EA – e, portanto, atenderam a resolução de forma a incluir a EA em seu PPC numa abordagem que considerou a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista, ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

Mesmo com a legislação e as políticas públicas para a inclusão da EA nos cursos de graduação, os gestores acadêmicos não sensibilizam-se para a sua inserção no ensino superior devido ao desconhecimento das normas relativas à inclusão da educação ambiental nos currículos. É preciso promover o diálogo nessas instituições visando enfatizar a importância da inserção da EA, numa perspectiva crítica e emancipatória, nos currículos dos cursos de biblioteconomia do país. Contribuindo, assim para o desenvolvimento de indivíduos que repensem suas atitudes e tomem como postura a responsabilidade cidadã na reciprocidade das relações dos seres humanos com a natureza.

Enfim, o que se buscou, com a análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia no país, foi mostrar que embora haja certa morosidade nas alterações curriculares, existem sim, universidades que estão incluindo disciplinas dentro da temática ambiental e estão preparando o profissional para atuar na conscientização socioambiental e contribuir no desenvolvimento do pensamento ecológico deste profissional. Não se pode esquecer, também, que há diretrizes que determinam e a inclusão de disciplinas de educação ambiental nos cursos de graduação e que elas são um marco para a educação ambiental no país, pela abordagem que se busca ter nos conteúdos curriculares das instituições de ensino do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: <www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Contém o texto integral das diretrizes aprovadas pelo CNE. [Brasília] 3 abr. 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental**, 3 ed. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/pronea3.pdf>. Acesso em 21 mar 2018.

_____. Resolução CNE/CES n. 19, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES192002.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. Resolução CNE/CES n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, n. 116, seção 1, p. 70, 18 jun. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2018.

A ONU e o meio ambiente. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> >. Acesso em: 11 abr. 2018.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Sociedade e Biblioteconomia. São Paulo : Polis : APB, 1997. 129 p.

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação, 25, 2013, Florianópolis, SC. **Anais...** Santa Catarina: FEBAB, 2013. p. 1-12. Disponível em: < <https://www.portal.febab.org.br/anais/article/download/1508/1509> >. Acesso em: 30 nov. 2013.

AMORIM, R. R. A responsabilidade social dos profissionais da informação e a preservação do meio ambiente. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN, 2004. Cuba. **Anais...** Cuba: IDICT, 2004. Disponível em: < <http://www.intempres.pco.cu/Intempres2000-2004/Intempres2004/Sitio/Ponencias/3.pdf> >. Acesso em: 21 jun. 2018.

ASSIS, Eveline Silva de. A Unesco e a educação ambiental. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, p.59-62, jan./mar. 1991. Disponível em: < emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1804/1775 >.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Projeto Pedagógico e Avaliação da Graduação: referências para a renovação e ressignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação**, 2001. 29 p. Disponível em: < http://abecin.org.br/data/documents/Documentos_ABECIN_1.pdf >. Acesso em: 30 abr. 2018.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Rev. Adm. Mackenzie [online]**, v.12, n.3, 2011. p.51-82. ISSN 1678-6971. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000300004> >. Acesso em: 03 maio 2018.

BATISTA, M. S. S. e RAMOS, M. C. P. Desafios da educação ambiental no ensino superior – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. In **Políticas Públicas e Gestão da Educação. Cadernos ANPAE**, v.11, p. 1-13. Disponível em: www.anpae.org.br/simposio. Acesso em: 03 jun. 2018.

CASTRO, César Augusto. Histórico e evolução curricular na área de biblioteconomia no Brasil. In: Marta Lígia Pomim (Org.) **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2002. p. 53-70.

CARDOSO, Nathalice Bezerra. A contribuição do bibliotecário para a educação ambiental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.2, maio./ago., 2010. p.140-162. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1106/738> >.

CORREA, Elisa C. D.; SPUDEIT, Daniela. A interdisciplinaridade entre biblioteconomia, educação e sociologia nos cursos de graduação da Região Sul do Brasil. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 19, n.2, Jul./Dez. 2013. P.32. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/39461/31063> >.

CORRÊA, E. C.; OLIVEIRA, K. C.; BOURSCHEID, L. R.; SILVA, L. N.; OLIVEIRA, S. Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB Florianópolis**, v. 7. n. 1, p. 107-123, jan./jun. 2002. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/379/458>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

DIAS, Genebaldo Freire. **Os quinze anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento**. Em Aberto, Brasília, v.10, n.49, jan./mar. 1991. Disponível em: <emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1798>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ENVIRONMENTAL EDUCATION COUNCIL OF OHIO (EECO). **Best practices for environmental education: guidelines for success**. EECO: Ohio, 2000. Disponível em: <<https://eeco.wildapricot.org/Resources/Documents/bestpractices.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3. 1995, p. 20-29. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004>. Acesso em: 14 jul. 2018.

HENRIQUES, R.; TRAJBER, R.; MELLO, S.; LIPAI, E. M.; CHAMUSCA, A. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília: SECAD/MEC, 2007. 109p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>. Acesso em 30/05/2018.

IFLA. *The International Advocacy Programme* (IAP). Disponível em: <<https://www.ifla.org/ldp/iap>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LINDEMANN, Catia Rejane. **A busca pela Biblioteconomia social por meio da ciência da informação**. 2014. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Biblioteconomia), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6000/BIBLIO%20SOCIAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 maio 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Proposta pedagógica: educação ambiental no Brasil. In: **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o Futuro, v.15, n.1, mar. 2008, 54p. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educação%20Ambiental%20no%20Brasil%20\(texto%20basico\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educação%20Ambiental%20no%20Brasil%20(texto%20basico).pdf)>. Acesso em: 08 jun 2018.

LOZANO, M. C; ZAFALON, Z. R.; COSTA, L. S. F. Contribuição do bibliotecário como educador ambiental: o caso da Unidade de Gestão de Resíduos da Universidade Federal de São Carlos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 23, 2009, Bonito-MS. **Anais...** CBBB: Bonito-MS, 2009. Disponível em: <eprints.rclis.org/15200/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MAIA, Paulo Cesar Chagas. **Fontes de informação ambiental: uma análise sobre a sua aplicabilidade pelos profissionais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)**. 2009. 68 f. Monografia (Especialização em Informação Ambiental) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/12028>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARTINS, M. S.; CIPOLAT, S. O bibliotecário como agente socializador na disseminação da informação sobre meio ambiente: relato de experiência. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 18, n. 2, p. 179-190, 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/87>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

NOGUEIRA, Poliana Gonçalves. Informação ambiental: uma alternativa para os indivíduos se tornarem sujeitos ecológicos e construir o desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIENCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14, 2011. **Anais...** Maranhão: EREBD, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/INFORMAÇÃO%20AMBIENTAL.pdf>>.

NOVICKI, Victor; SOUZA, Donaldo Bello de. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos Conselhos de Meio Ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Rev. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.18, n.69, out./dez. 2010, p. 711-736. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3995/399537973004/>>. Acesso em: 07 maio 2018.

NUNES, Graziela Glória; SPUDEIT, Daniela. A biblioteconomia social em foco: análise da função social das bibliotecas públicas de Florianópolis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26, 2017, **Anais...** CBBB:, 2017. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1675/1676>>. 10 jun. 2018.

OLIVEIRA, K.A.; CORONA. H.M.P.A. Percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica**, n.1, v.1, 2008. p.53-72. Disponível em:<https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/>. Acesso em: 04 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo), 1972. Disponível em:<www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 13 abr. 2018.

PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/18-19-1-pb.pdf>. Acesso em 25 jun. 2018.

PEQUENO, M. G. C.; SAUVÉ, J. P. G. ; ALMEIDA, M.C.V . Educação Ambiental no Ensino Superior: Qual seu lugar nos processos de formação docente?. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA AFIRSE, 05, 2009, João Pessoa. **Anais...** AFIRSE: João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://afirse.com/archives/cd11/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PROJETOS SALAS VERDES. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SALES, F. O ambiente escolar e a atuação bibliotecária: o olhar da educação e o olhar da biblioteconomia. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 18, 2 sem., 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9n18p40>>. Acesso em: 05 maio 2018.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235>>. Acesso em: 17 abr 2018.

SANTOS, Plácida L.V.A.C. As Novas Tecnologias na Formação do Profissional da Informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.103-116.

SERRA, Nayadia Kênia Araújo. As contribuições do bibliotecário como educador ambiental: o caso da biblioteca do IFMA Açailândia. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 4, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA14_I_D8016_12092017125748.pdf>. Acesso em:

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005, 264 p.

SOUSA, Tiago Linck de. O bibliotecário como educador ambiental. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS-SNBU**, 16, 2010, Rio de Janeiro. Anais... SNBU: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final_437.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

SOUSA, T. L.; ALMEIDA, M^a. C. X. Meio ambiente ou ambiente inteiro? O bibliotecário e as salas verdes. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10033_6596.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.

UNESCO/PNUMA. **Recomendações de Tblisi**. 1997. Disponível em: <www.mma.gov.br/informma/item/8065-recomendações-de-tbilisi>. Acesso em: 08 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Maceió, 2017. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/biblioteconomia>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Fortaleza, 2004. Disponível em: <<http://www.dcinf.ufc.br/graduacao/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Cariri, 2006. Disponível em: <

<https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/biblioteconomia/projeto-pedagogico>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Recife, 2011. Disponível em: <
<https://biblioteconomiaufpe.wordpress.com/projeto-pedagogico/ppc-de-biblioteconomia-perfil-0406/>
>. Acesso em: 13 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Natal, 2018. Disponível em: <
https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000006>. Acesso em: 17 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO GOIÁS (UFG). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Goiânia, 2016. Disponível em: <
https://biblioteconomia.fic.ufg.br/up/75/o/projeto_pedagogico_DEZEMBRO.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Rio Grande, 2015. Disponível em: <
<http://biblioteconomia.furg.br/images/importadoswordpress/ppp.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Projeto Pedagógico do Curso de Gestão da Informação**. Curitiba, 2013. Disponível em: <
<http://www.sociaisaplicadas.ufpr.br/portal/decigi/graduacao-2/projeto-pedagogico/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <
<http://www.ufrgs.br/fabico/graduacao/biblioteconomia/projeto-pedagogico>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. São Carlos, 2012. Disponível em: <
<http://www.bci.ufscar.br/o-curso/projeto-pedagogico>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <
<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/projeto-politico-pedagogico-bacharelado>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (USP-ECA). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Maceió, 2017. Disponível em: <
<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/cbd/Projeto%20Pedagogico.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

VIEIRA, A. S. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 15, n. 2, p. 202-209, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/3672>>. Acesso em: 13 Jun. 2018.

APÊNDICE A

LISTA DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS QUE OFERECEM CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

Região	Universidade		Nome do curso	Site do curso
Norte	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	Biblioteconomia	https://www.ficufam.com.br/curso-de-biblioteconomia/
	UFPA	Universidade Federal do Pará	Biblioteconomia	http://www.ufpa.br/biblio/02/
	UNIR	Universidade Federal da Rondônia	Biblioteconomia	http://www.biblioteconomia.unir.br/portal/
Nordeste	UESPI	Universidade Estadual do Piauí	Biblioteconomia	http://www.uespi.br/site/wp-content/themes/uespi/graduacao.html
	UFAL	Universidade Federal do Alagoas	Biblioteconomia	http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/biblioteconomia
	UFBA	Universidade Federal da Bahia	Biblioteconomia	https://www.ufba.br/cursos/biblioteconomia-e-documentacao
	UFC	Universidade Federal do Ceará	Biblioteconomia	http://www.biblioteconomia.ufc.br/
	UFCA	Universidade Federal do Cariri	Biblioteconomia	https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/biblioteconomia
	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	Biblioteconomia	www.biblioteconomia.ufma.br/
	UFPE	Universidade Federal do Pernambuco	Biblioteconomia	https://www.ufpe.br/biblioteconomia-bacharelado-cac
	UFPB	Universidade Federal da Paraíba	Biblioteconomia	https://security.ufpb.br/biblio
	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Biblioteconomia	https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000006&nivel=G
	UFS	Universidade Federal do Sergipe	Biblioteconomia e Documentação	http://cienciainformacao.ufs.br/pagina/7064
Centro-Oeste	UnB	Universidade de Brasília	Biblioteconomia	http://biblioteconomia.fci.unb.br/
	UFG	Universidade Federal do Goiás	Biblioteconomia	https://biblioteconomia.fic.ufg.br/
	UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso	Biblioteconomia	https://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Rondonopolis/2861/1509
Sul	FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Biblioteconomia	http://biblioteconomia.furg.br/
	UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	Biblioteconomia* (HAB em GI)	http://www.faed.udesc.br/biblioteconomia
	UEL	Universidade Estadual de Londrina	Biblioteconomia	http://www.uel.br/ceca/cin/
	UFPR	Universidade Federal do Paraná	Gestão da Informação	http://www.sociaisaplicadas.ufpr.br/portal/deci/decigi/
	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Biblioteconomia	http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=304
	UFSC	Universidade de Santa Catarina	Biblioteconomia	http://biblioteconomia.ufsc.br/

continua...

continuação

Região	Universidade		Nome do curso	Site do curso
Sudeste	UFF	Universidade Federal Fluminense	Biblioteconomia e Documentação	http://www.uff.br/?q=curso/biblioteconomia-e-documentacao/12685/bacharelado/niteroi
	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Biblioteconomia	http://colgradbiblio.eci.ufmg.br/
	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Biblioteconomia e Gestão de Unid. Informação	http://www.facc.ufrj.br/joomla/index.php/graduacao/biblioteconomia-e-gestao-de-unidades-de-informacao
	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Biblioteconomia	http://www.biblioteconomia.ufes.br/
	UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	Biblioteconomia e Ciência da Informação	http://www.bci.ufscar.br/-1
	UNESP	Universidade Estadual Paulista	Biblioteconomia	http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/biblioteconomia/
	UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Biblioteconomia (Bach. e Licen.)	http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb
	USP-ECA	Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes	Biblioteconomia	http://www3.eca.usp.br/ccex/biblioteconomia
	USP-FFCLRP	Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto	Biblioteconomia e Ciência da Informação e Documentação	https://www.ffclrp.usp.br/graduacoes/educacao/informacao/comunicacao/bacharelado/embiblioteconomia/cienciasda/informacao/documentacao.php

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.